



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Aurélio Pedro Monteiro Ferreira comunicou em 29/07/2014, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por motivos pessoais, estará ausente do concelho no período compreendido entre os dias 28 de julho e 04 de agosto de 2014, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Dr.ª Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro.

O Sr. Vereador Carlos Logrado chegou às 09.40h.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. REQ. N. 1043/14, DATADO DE 10/07/2014 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL COMÉRCIO MÁQUINAS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LDA.

3. REQ. N. 1040/14, DATADO DE 10/07/2014 – PC N.º 232/14, DATADO DE 30/06/2014 – PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA.
4. REQ. N. 941/14, DATADO DE 23/06/2014 – PC N.º 183/14, DATADO DE 30/05/2014 – LIDL & COMPANHIA
5. REQ. N. 1079/14, DATADO DE 17/07/2014 – PC N.º 367/12, DATADO DE 18/12/2012 – AUGUSTO PEREIRA PINTO
6. REQ. N. 854/14, DATADO DE 09/06/2014 – PC N.º 305/11, DATADO DE 09/08/2011 – MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA.
7. REQ. N. 715/14, DATADO DE 16/05/2014 – PC N.º 170/14, DATADO DE 16/05/2014 – VANDA MARIA RIBEIRO PEREIRA FRANCISCO
8. REQ. N. 1039/14, DATADO DE 10/07/2014 – PC N.º 249/14, DATADO DE 10/07/2014 – VASCO MANUEL GOMES SILVA
9. REQ. N. 1098/14, DATADO DE 22/07/2014 – PC N.º 201/14, DATADO DE 12/06/2014 – TÂNIA SOFIA DA SILVA BARRETO E DAVID NASCIMENTO DE ALMEIDA
10. REQ. N. 1024/14, DATADO DE 08/07/2014 – PC N.º 97/14, DATADO DE 28/03/2014 – RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ
11. REQ. N. 760/14, DATADO DE 23/05/2014 – PC N.º 177/14, DATADO DE 25/03/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES
12. REQ. N. 1085/14, DATADO DE 18/07/2014 – PC N.º 163/14, DATADO DE 15/05/2014 – HELENA GIL RIBEIRO - CABEÇA DE CASAL DE HERANÇA
13. REQ. N. 1116/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 256/08, DATADO DE 15/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA.
14. REQ. N. 1115/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 257/08, DATADO DE 18/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA.
15. REQ. N. 114/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 627-08, DATADO DE 15/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA.
16. REQ. N. 1088/14, DATADO DE 18/07/2014 – PC N.º 397/11, DATADO DE 14/10/2011 – VITOR MANUEL HENRIQUES PALHINHA
17. REQ. N. 942/11, DATADO DE 09/05/2011 – PC N.º 411/07, DATADO DE 22/06/2007 – SIMONE FERNANDES VALENTE

18. REQ. N. 613/12, DATADO DE 05/04/2012 – PC N.º 54/12, DATADO DE 27/02/2014
– BENECLEAN - LIMPEZA A SECO LDA
19. REQ. N. 1060/14, DATADO DE 15/07/2014 – PC N.º 118/12, DATADO DE 19/04/2012
– SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES A. GONÇALVES, LDA
20. REQ. N. 557/11, DATADO DE 17/03/2011 – PC N.º 316/03, DATADO DE 23/04/2003
– PAULO JORGE FIGUEIRAL CORREIA
21. REQ. N. 813/14, DATADO DE 02/06/2014 – PC N.º 09/99, DATADO DE 06/01/1999
– CIVILCONSTRÓI – CONSTRUÇÕES, LDA. e URBIFIX – SOCIEDADE DE
INVESTIMENTO E CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIAS, LDA.
22. REQ. N. 1097/14, DATADO DE 21/07/2014 – PC N.º 263/14, DATADO DE
21/07/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
23. REQ. N. 987/14, DATADO 01/07/2014 – PC N.º 235/14, DATADO DE 01/07/2014 –
BOLLINGHAUS STEEL, S.A.
24. INAPLICABILIDADE DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALCOBACA À FREGUESIA
DA MOITA – NECESSIDADE DE DEFINIÇÃO DE ORIENTAÇÕES PARA A GESTÃO
URBANÍSTICA NA FREGUESIA DA MOITA
25. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA
“CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO
DA ESTAÇÃO – MARINHA GRANDE” – CONCURSO PÚBLICO N.º 12/2013
26. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO
ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE
SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DOS
JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA
MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE
LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015" - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO
TOMADA EM 13-06-2014.
27. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO
ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE
SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DOS
JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA
MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE
LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015".

28. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2014/2015".
29. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE, PARA O ANO LETIVO 2014/2015".
30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE", PARA O PERÍODO DE 36 MESES.
31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESMATAÇÃO DE DIVERSOS TERRENOS MUNICIPAIS".
32. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "RECOLHA DE RESÍDUOS DE SOLOS E ENTULHOS CONTAMINADOS COM NAFTA E SUA ENTREGA PARA TRATAMENTO EM OPERADOR CERTIFICADO".
33. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "CONCEÇÃO GRÁFICA E IMPRESSÃO DE GUIA DA NATUREZA/HISTÓRIA COM WALKMAP, FOLHETO DE DIVULGAÇÃO, PAINÉIS INTERPRETATIVOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES DE PERCURSO PEDONAL, A REALIZAR NO ÂMBITO DA CANDIDATURA "VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DO ESTUÁRIO DO LIS".
34. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O

**ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE
“SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE
MEDIDATA”.**

35. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ ELABORAÇÃO DE PROJETOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELECOMUNICAÇÕES, SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO, AVAC E OUTROS DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO E DO EDIFÍCIO CAMARÁRIO SITO NA RUA MACHADO SANTOS”.
36. CORRETA IDENTIFICAÇÃO DE PRÉDIO RESULTANTE DE DESAFETAÇÃO DE CAMINHO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL.
37. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: ACÁCIO CARREIRA DA LUZ – APRECIACÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.
38. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: PEDRO LUÍS LOPES PEREIRA – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL.
39. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: PEDRO NUNO GRÁCIO VINAGRE – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL.
40. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VELOCÍPEDE COM MOTOR – REQUERENTE: LUIS FERNANDO SALVADOR FERNANDES LOPES VIEIRA – RESPONSABILIDADE CIVIL – DEFERIMENTO.
41. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 14,00M DE TERRENO DE ANTÓNIO ALBERTO MALPIQUE MENDES
42. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 12,00M DE TERRENO DE HERDEIROS DE JOSÉ CUSTÓDIO RODRIGUES
43. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
44. AVERBAMENTO DE LUGARES DO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

45. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA DISCOTECA IMPÉRIO ROMANO
46. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO FOZ BAR
47. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA BARROS E PRACETA DA LIBERDADE, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
48. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA MARIA HELENA DE ALMEIDA MONTEIRO CUNHA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 4, R/C ESQ., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL
49. APRECIAÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE ÀS CRIANÇAS NASCIDAS ENTRE 01 DE JULHO DE 2013 A 30 DE JUNHO 2014
50. CANDIDATURA DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DO DESPORTO. ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 19 DE JUNHO DE 2014.
51. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO
52. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”
53. PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DA MARINHA GRANDE
54. DOAÇÃO DA ARTISTA ESIN KÜCÜKBİCİMEN
55. DOAÇÃO DA ARTISTA TRACY NICHOLLS
56. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreeveu-se o munícipe, Sr. Almeida Gomes, administrador dos Hotéis Cristal, mas não compareceu.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Vítor Pereira saudou todos os presentes, deu as boas vindas à Dra. Ana Alves Monteiro e abordou os seguintes assuntos:

- Substituições dos vereadores – Pretendeu esclarecer de uma vez por todas a legalidade nas substituições dos eleitos e quais os termos em que as mesmas podem ser feitas, razão que o levou a solicitar parecer jurídico sobre esta matéria. Questionou o facto de o “Mais Concelho” recorrer às substituições frequentemente, o que lhe levantou algumas dúvidas:
 - Até quando é que o Sr. Vereador Carlos Logrado teve o seu mandato suspenso?
 - Qual o período exato em que se fez substituir?
 - Em que período esteve, efetivamente, a exercer funções?
 - Em que período esteve a exercer funções a Vereadora Maria João Gomes?
 - Um vereador a tempo inteiro pode ser substituído? Tem direito a senhas de presença?
 - O Sr. Vereador Aurélio pediu suspensão de mandato?
- Confrontos na Palestina – Apresentou a moção que de seguida se transcreve e que foi aprovada por unanimidade.

MOÇÃO

“1. A Palestina é um país ocupado há mais de sessenta anos. Sete milhões de Palestínianos são refugiados ou deslocados. Aquando da formação do estado de Israel, em 1948, os acordos de cedência de territórios preconizavam 55% para Israel e 45 % para a Palestina. Hoje Israel ocupa 82% destes territórios e mantém os restantes sob férreo controlo.

A faixa de Gaza, é um dos territórios vítima desse cerco e controlo. Cercado por ar, mar e terra, sujeito a um bloqueio, este território de 40 Km de comprimento e de 6 a 12Km de largura, onde tentam sobreviver 1,8 milhões de pessoas, é a maior prisão a céu aberto do mundo. A Faixa de Gaza não tem um exército, aliás, como o não tem a Palestina. Do outro lado, Israel é um dos mais poderosos exércitos do mundo.

2. Na primeira semana da agressão israelita foram efetuados cerca de 1400 bombardeamentos, incluindo 400 com bombas de fragmentação, resultando numa enorme mortandade.

Elevam-se a centenas o número de vítimas mortais e para mais de 3000, o número de feridos, sendo mais de dois terços crianças e mulheres, atingidos dentro das suas próprias casas. O Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos revelou "ter relatórios perturbadores sobre o facto de numerosas vítimas civis serem resultado de ataques a habitações".

A brutalidade não conhece limites e no quadro da ofensiva contra uma população de 1,8 milhões, ainda de acordo com as Nações Unidas, centenas de edifícios estão em escombros, obrigando milhares de pessoas a procurar abrigo num território exíguo.

Calcula-se que 75% da população está sem eletricidade. As infraestruturas de saneamento básico colapsaram assim como as de distribuição de água potável, cuja contaminação atinge proporções catastróficas. Os medicamentos para assistência aos feridos e os alimentos são escassos.

3. Por ser nestes momentos que acima de tudo, faz sentido, ser-se solidário e não calar agressões brutais e desumanas, a Marinha Grande rejeitando todas as formas de terrorismo, não pode calar a dor do povo de Gaza e da Palestina e deixar de, com veemência, repudiar os bárbaros ataques de que é vítima por parte das forças belicistas de Israel. Manifesta também a sua maior solidariedade ao povo de Gaza e clama pelo fim imediato da ofensiva genocida e pelo fim da ocupação levadas a cabo por Israel contra o povo da Palestina.

4. Apela às duas partes envolvidas, que cessem os confrontos e encontrem um caminho para a Paz.

Os Eleitos da CDU na Câmara Municipal da Marinha Grande

Esta moção deverá ser enviada:

- Ao Sr. Presidente da República,*
- Ao Sr. Primeiro-ministro,*
- À Sr.ª Presidente da Assembleia da República,*
- Aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República*
- À comunicação social*
- À Embaixada de Israel em Portugal*
- À Embaixada da Palestina em Portugal"*

O Sr. Vereador António Santos saudou todos os presentes, em particular, a Sra. V. Ana Alves Monteiro e abordou os seguintes assuntos:

- Elogiou a empresa Iberomoldes, empresa marinhense que continua a apostar na inovação e no progresso, o que contribui de forma positiva para a imagem do nosso Concelho, desta vez com um novo projeto na área da aeronáutica.
- Referiu que “o espaço para o cidadão” tem como objetivo aproximar os serviços do Estado dos cidadãos. Deu como bom exemplo, a Câmara da Batalha que naquele espaço disponibiliza aos munícipes serviços prestados pela ACT – Autoridade para as condições do trabalho e pelo IMTT – Instituto da mobilidade e dos transportes.
- Manifestou o seu repúdio pelo atos de vandalismo praticados no edifício da biblioteca e no cemitério.
- Questionou ainda sobre o ponto da situação do seguinte:
 - A construção do canil / gatil
 - Qual o saneamento que anda a ser feito e se há uma perspetiva do que vai ser feito ainda este ano?
 - Se o candeeiro em S. Pedro de Moel, vai ou não ser colocado?

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho saudou todos os presentes e questionou apenas sobre o aspeto da “selva” que o nosso centro de saúde apresenta no exterior.

A Sra. Vereadora Ana Isabel Alves Monteiro saudou todos os presentes e agradeceu o acolhimento que lhe foi feito pelo executivo e a oportunidade que os cidadãos marinhenses lhe deram para o exercício da sua cidadania política. Disse ainda o seguinte:

- Substituição do Sr. Vereador - Esclareceu que não se trata de uma suspensão de mandato do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, mas sim de uma substituição, por um período inferior a 30 dias, mais precisamente entre o dia 28/7 e 4/8, enquadrada nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.
- Vandalismo em espaço público - Lamentou o vandalismo em espaço público que reflete as dificuldades de consolidação dos princípios da cidadania, no caso, o respeito pelos bens públicos e pela importância do património histórico da cidade. Questionou sobre as diligências que o executivo ia tomar em relação a esta matéria.

- Estrada da Amieira - Solicitou que fosse realizada uma avaliação dos serviços aos riscos de sinistralidade associados ao excesso de velocidade que se regista na estrada da Charneca da Amieira, a que liga Pero Neto a Amieira.

O Sr. Vereador Carlos Logrado saudou todos os presentes e abordou o seguinte:

- Limpeza - Quem é responsável pela limpeza dos passeios no lugar do Pilado, uma vez que estão cheiros de ervas.
- Programa “Espaço do cidadão” - disse tratar-se de um tema extraordinariamente importante, que vai ser implantado em todo o país e vai ao encontro das necessidades das populações. Referiu que é um serviço, que não deve ser só tratado pela ANMP, por isso sugeriu que a Câmara criasse uma comissão para acompanhar de perto esta questão.

O Sr. Vereador Paulo Vicente saudou os presentes e respondeu a algumas das questões colocadas:

- Canil/gatil - a obra deve ser consignada entre setembro e outubro.
- Remodelações dos arruamentos – decorrem no momento as seguintes obras:

Rede de saneamento e água:

- Rua Mãe de Água e Rua Januário Martins
- Rua das Laranjeiras que inclui o Bairro Paixão, no Engenho
- Rua da Panificadora

Rede de águas:

- Av. Aníbal Guedes Coelho, troço da Av. Vitor Gallo, Rua António Magalhães Júnior e Rua 9 de abril

Estão ainda a decorrer outros procedimentos, nomeadamente, a rede de saneamento na Praia da Vieira e a requalificação dos reservatórios de abastecimento de água da Moita.

- S. Pedro de Moel – A obra para reparação dos estragos provocados pela intempérie já está adjudicada. Inclusive já estão a ser feitos passadiços em estaleiro, mas só no final da época balnear é que será possível reparar os danos.
- Desmatção – Desde há muitos anos, que duas vezes por ano é feita a desmatção na área envolvente do centro de saúde pela Câmara, mas excepcionalmente, este ano, devido às condições climáticas instáveis, houve necessidade de intervir agora e a Câmara, em articulação com a Junta, fez toda limpeza da área ajardinada.

- Limpeza do Pilado - No protocolo da delegação de competências com as juntas é da responsabilidade da junta de freguesia da Marinha Grande, a limpeza fora da zona urbana. Disse ir abordar a questão com a Sra. Presidente da junta.
- Anuário Financeiro 2013 – Embora no Concelho haja uma certa tendência para se falar daquilo que está mal, importa realçar o que está bem. Foi recentemente publicado o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, da responsabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, relativo ao desempenho financeiro dos municípios no ano de 2013. Os resultados evidenciados nesta publicação, que colocam o Município da Marinha Grande numa posição cimeira entre os municípios de igual dimensão, deve-se a uma gestão criteriosa dos meios financeiros disponíveis. A melhoria verificada nos diversos indicadores analisados só foi possível, porque foram hierarquizadas as múltiplas necessidades a satisfazer e procurou-se cumprir esse planeamento. Foram instituídos mecanismos de controlo de execução da despesa que permitiu um acompanhamento permanente da sua evolução e a adoção das medidas necessárias para garantir a sustentabilidade do município.

É graças a este desempenho que o nosso município pode continuar a priorizar a sua ação na melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, no apoio ao investimento, potenciando a criação de riqueza e de postos de trabalho ao mesmo tempo que mantém o nível das tarifas, taxas, preços e impostos, da sua responsabilidade, designadamente o IMI e a derrama, nos mais baixos níveis da região, se não do país.

Aos que contribuíram e contribuem para o alcance deste desempenho, autarcas e funcionários dos diversos níveis, o nosso reconhecimento.

O Sr. Presidente saudou os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- Anuário financeiro 2013 – Frisou que a Câmara foi considerada a quarta melhor do país, dentro das Câmaras Municipais de média dimensão, em termos de eficiência financeira.
- Programa “Espaço do Cidadão” - foi uma tentativa de vender à pressa, às Câmaras Municipais, um presente envenenado, onde nada era o que parecia. Ainda bem que se votou contra, porque hoje mesmo, o assunto vai a Conselho de Ministros e quando estiverem bem definidas as condições deste programa, nós voltaremos a falar do assunto e a continuar a lutar por melhores serviços na Marinha Grande.
- Vandalismo em espaço público – Informou as forças de segurança dos atos de vandalismo praticados e reportou os mesmos ao seguro. A ausência de mais polícias na rua prende-se com a falta de efetivos das forças de segurança pública.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

O Sr. Presidente solicitou ainda a inclusão em ata de um esclarecimento relativo à tramitação processual em nome do requerente “Hotéis Cristal” - Empreendimentos turísticos, S.A.:

“ PC n.º 258/13 – HOTÉIS CRISTAL

08.08.2013 - Req n.º 1230/13 - Entrada do Projeto de Arquitetura

12.08.2013 - Ofício n.º 764/13 – Comunicação de Despacho – Fase de Saneamento e Apreciação Liminar – Apresentação de elementos (15 dias).

13.08.2013 - Req n.º 1264/13 – Junta pareceres da Delegação de Saúde e do Turismo de Portugal

16.08.2013 - Req n.º 1275/13 – Aditamento ao Projeto de Arquitetura e entrega de projeto aprovado pelo Turismo de Portugal

20.08.2013 - Req n.º 1301/13 - Entrada do parecer da Delegação de Saúde

27.08.2013 - Aprovação do Projeto de Arquitetura em Reunião de Câmara (21 dias após entrada do processo e 7 dias após receção do último parecer)

27.08.2013 - Ofício n.º 859/13 – Comunicação da Deliberação da Reunião de Câmara de 2013/08/27 – Aprovação do Projeto de Arquitetura

19.09.2013 - Req n.º 1504/13 – Solicita cópia carimbada do Projeto de Arquitetura

20.02.2014 - Req n.º 262/14 - Entrada do Pedido de prorrogação do prazo por mais 3 meses para apresentação dos Projetos das Especialidades

26.05.2014 - Req n.º 770/14 - Entrada dos Projetos das Especialidades (9 meses após aprovação do Projeto de Arquitetura)

Pedido parecer – Chefe da DOT Data	Despacho Presidente	Resposta		
		Eng. Edite	Eng. Angelo	Chefe DISU
30 maio 2014 – DISU	02 junho 2014	20 junho	11 julho	14 julho 2014
30 maio 2014 – DOT – Eng. Cristina		Eng.ª Cristina receciona processo a 25 junho e informa 27 junho 2014		
30 maio 2014 – DOT – Isabel Alves		Arq. Isabel Alves receciona processo a 26 junho e informa a 02 julho 2014		

A 14 julho estão reunidos todos os pareceres das especialidades – Arq. Ricardo (gestor de procedimento) informar a 17 de julho 2014.

Este remete para a Dr. Ana Marques a 17 julho 2014 – segue para o Pedro (administrativo do arq. Ricardo) – para notificar a 22 de julho 2014.

24.07.2014 - Ofício n.º 770/14 – Comunicação de Despacho – Notificação para apresentação de elementos (30 dias).

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Conforme se verifica, a Câmara deliberou a aprovação do Projeto de Arquitetura 7 dias após a receção do último parecer, encontrando-se há mais de 9 meses a aguardar a apresentação dos respetivos projetos das especialidades."

O Sr. Vereador Vítor Pereira voltou a intervir e reforçou a sua concordância com a intervenção conjunta da Câmara e da Junta de Freguesia no Centro de Saúde, na limpeza exterior, mas frisou que deve ser dito à população e com veemência, que o poder central não trata daquilo que é seu.

O Sr. Presidente da Câmara encerrou o período antes da ordem do dia com os seguintes assuntos:

- **Centro de saúde** - Reafirmou que não é da competência da Câmara nem da Junta, a limpeza do espaço exterior do Centro de Saúde, e aproveitou para lamentar que a nossa voz não seja ouvida pelo poder central, pois várias vezes já apelaram ao mesmo para que o nosso Centro de Saúde deixe de ser do terceiro mundo. Inclusive propôs ao presidente da ARS de Coimbra colaboração de forma a melhorar as condições para os médicos, trabalhadores e toda a população.
- **Empreendedorismo** – Disse que tal como se faz nalguns municípios alemães, que como todos sabem em termos económicos, a Alemanha é tida como um exemplo a seguir, a Câmara Municipal também vai continuar a dar o seu apoio às empresas e aos empreendedores na Marinha Grande.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2- REQ. N. 1043/14, DATADO DE 10/07/2014 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL COMÉRCIO MÁQUINAS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LDA.

611 - Presente pedido com o registo n.º 1043/14, datado de 10/07/2014 relativo a licenciamento de alterações em obra ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, numa unidade industrial sita na rua 1º de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11152 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16298, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 426/13, com data de entrada de 11/11/2013, apresentado por ICEBEL COMERCIO MAQUINAS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LDA., com o NIPC 501 735 283,

com sede na Rua 1ª de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo alvará de licença de construção, com o n.º 17/14, foi emitido a 19 de fevereiro de 2014 e se encontra válido até 18 de fevereiro de 2015;
Presente informação técnica, datada de 21/07/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto - Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações em obra ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, numa unidade industrial sita na Rua 1ª de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.152 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.298, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 426/13, com data de entrada de 11/11/2013, apresentado por ICEBEL COMERCIO MAQUINAS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LDA., com o NIPC 501 735 283, com sede na Rua 1ª de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo alvará de licença de construção, com o n.º 17/14, foi emitido a 19 de fevereiro de 2014 e se encontra válido até 18 de fevereiro de 2015, com o seguinte condicionalismo:

Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, de acordo com o n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis, os quais deverão estar aprovados, nos termos do n.º 1 do artigo 83º deste regime, com a antecedência necessária para que as obras estejam concluídas antes da apresentação do requerimento a que se refere o n.º 1 do artigo 63.º do mesmo diploma legal (autorização de utilização).

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 39º do Decreto-Lei 169/2012, de 1 de agosto, que aprovou o sistema de indústria responsável, as alterações propostas encontram-se sujeitas ao regime de mera comunicação prévia, devendo apresentá-la junto da respetiva entidade coordenadora do licenciamento industrial;
- 2.- Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, as alterações à licença dão lugar a aditamento ao alvará, pelo que deverá, após aprovação do presente processo nos termos do artigo 23º do RJUE, apresentar os elementos necessários ao seu averbamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3- REQ. N. 1040/14, DATADO DE 10/07/2014 – PC N.º 232/14, DATADO DE 30/06/2014 – PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA.

612 - Presente pedido com o registo n.º 1040/14, datado de 10/07/2014 relativo a licenciamento de ampliação de uma unidade industrial, existente na Rua da Cerca, n.º 2, em Picassin, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.486 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.271, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 232/14, com data de entrada de 30/06/2014, apresentado por PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA., com o NIPC 506 028 909, com sede na Rua da Cerca, n.º 2, Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande;
Presente informação técnica, datada de 21/07/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido relativo a licenciamento de ampliação de uma unidade industrial, existente na Rua da Cerca, n.º 2, em Picassin, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.486 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10 271, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 232/14, com data de entrada de 30/06/2014, apresentado por PLASGLASS - MOULDS FOR THE PLASTICS & GLASS INDUSTRY LDA., com o NIPC 506 028 909, com sede na Rua da Cerca, n.º 2, Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4- REQ. N. 941/14, DATADO DE 23/06/2014 — PC N.º 183/14, DATADO DE 30/05/2014 — LIDL & COMPANHIA

613 - Presente pedido com o registo n.º 941/14, datado de 23/06/2014 relativo ao licenciamento de ampliação de uma unidade comercial, existente na Avenida 1ª de Maio, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.945, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º

183/14, com data de entrada de 30/05/2014, apresentado por LIDL & COMPANHIA, com o NIPC 503 340 855, com sede na Rua Pé de Mouro, n.º 18, Linhó, freguesia de S. Maria e S. Miguel, S. Martinho, S. Pedro Penaferrim e concelho de Sintra;
Presente informação técnica, datada de 17/07/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de uma unidade comercial, existente na Avenida 1ª de Maio, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9945, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 183/14, com data de entrada de 30/05/2014, apresentado por LIDL & COMPANHIA, com o NIPC 503340855, com sede na rua Pé de Mouro, n.º 18, Linhó, freguesia de S. Maria e S. Miguel, S. Martinho, S. Pedro Penaferrim e concelho de Sintra, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2.- Garantir a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5- REQ. N. 1079/14, DATADO DE 17/07/2014 – PC N.º 367/12, DATADO DE 18/12/2012 – AUGUSTO PEREIRA PINTO

614 - Presente requerimentos, com registo de entrada n.º 2063/12, n.º 253/13 e n.º 1079/14, de 2012/12/18, 2013/02/22 e 2014/07/17, processo n.º 367/12, a solicitar o licenciamento de obras de alteração (legalização) realizadas no edifício de habitação com dois fogos, cuja construção ocorreu pelos processos de licenciamento n.º 2810/1969 e n.º 1207/1982, sito na Rua dos Outeirinhos, n.º 102 e n.º 104, lugar de Engenho, Freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1474 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14448 e inscrito na matriz urbana sob o n.º 6868, apresentado por Augusto Pereira Pinto, com o NIF 113979193, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 104, lugar de Engenho, Freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2014/07/25, que atesta encontrar-se a componente arquitetura em condições de ser deferida.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Após análise do requerimentos, com registo de entrada n.º 2063/12, n.º 253/13 e n.º 1079/14, de 2012/12/18, 2013/02/22 e 2014/07/17, processo n.º 367/12, a solicitar o licenciamento de obras de alteração (legalização) realizadas no edifício de habitação com dois fogos, com construção ocorreu pelos processos de licenciamento n.º 2810/1969 e n.º 1207/1982, sito na Rua dos Outeirinhos, n.º 102 e n.º 104, lugar de Engenho, Freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1474 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14448 e inscrito na matriz urbana sob o n.º 6868, apresentado por Augusto Pereira Pinto, com o NIF 113979193, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 104, lugar de Engenho, Freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/07/25, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura.

Mais delibera informar que:

- 1- Deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.
- 2- Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º, do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6- REQ. N. 854/14, DATADO DE 09/06/2014 – PC N.º 305/11, DATADO DE 09/08/2011 – MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA.

615 - Presente pedido com o registo n.º 854/14, datado de 9/06/2014 relativo a legalização de alterações a um edifício destinado a armazém, sito na Rua da Indústria Metalúrgica, Tojeiras, Picassinós, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.813 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 756, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 305/11, com data de entrada de 09/08/2011, apresentado por MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA., com o NIPC 503 771 627, com sede Rua D. José I, 3C, Reboleira, Amadora, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 10/05/2012.

Presente informação técnica, datada de 21/07/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações a um edifício destinado a armazém, sito na rua da Indústria

Metalúrgica, Tojeiras, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.813 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 756, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 305/11, com data de entrada de 09/08/2011, apresentado por MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA., com o NIPC 503 771 627, com sede Rua D. José I, 3C, Reboleira, Amadora.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7- REQ. N. 715/14, DATADO DE 16/05/2014 – PC N.º 170/14, DATADO DE 16/05/2014 – VANDA MARIA RIBEIRO PEREIRA FRANCISCO

616 - Presente pedido com o registo n.º 715/14, datado de 16/05/2014 relativo a licenciamento de instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, de um espaço autónomo situado no R/C esquerdo do edifício sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 31, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.653 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.701, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 170/14, com data de entrada de 16/05/2014, apresentado por VANDA MARIA RIBEIRO PEREIRA FRANCISCO, com o NIF 188 288 562, residente na Rua do Covão, n.º 32 – D, Casal d'Anja, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 21/07/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido relativo a licenciamento de instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, de um espaço autónomo situado no R/C esquerdo do edifício sito na rua Manuel Dinis Parreira, n.º 31, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.653 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.701, da freguesia

de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 170/14, com data de entrada de 16/05/2014, apresentado por VANDA MARIA RIBEIRO PEREIRA FRANCISCO, com o NIF 188 288 562, residente na Rua do Covão, n.º 32 – D, Casal d'Anja, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar a requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 -REQ. N. 1039/14, DATADO DE 10/07/2014 – PC N.º 249/14, DATADO DE 10/07/2014 – VASCO MANUEL GOMES SILVA

617 - Presente pedido com o registo n.º 1039/14, datado de 10/07/2014 relativo a legalização de alterações ocorridas em obra, na unidade de utilização independente destinada a comércio/serviços, localizada na estrada da Nazaré, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 420 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 375, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 249/14, com data de entrada de 10/07/2014, apresentado por VASCO MANUEL GOMES SILVA, com o NIF 190 323 060, residente na Rua da Charnequinha, n.º 44, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;
Presente informação técnica, datada de 17/07/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações ocorridas em obra, na unidade de utilização independente

destinada a comércio/serviços, localizada na estrada da Nazaré, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 420 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 375, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 249/14, com data de entrada de 10/07/2014, apresentado por VASCO MANUEL GOMES SILVA, com o NIF 190 323 060, residente na Rua da Charnequinha, n.º 44, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 -REQ. N. 1098/14, DATADO DE 22/07/2014 – PC N.º 201/14, DATADO DE 12/06/2014 – TÂNIA SOFIA DA SILVA BARRETO E DAVID NASCIMENTO DE ALMEIDA

618 - Presente pedido com o registo n.º 866/14 e n.º 1098/14, datados de 2014/06/12 e 2014/07/22, relativo ao licenciamento obra de construção de moradia e muro de vedação, no prédio sito na Rua Santo António de Platina, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.774 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.638-P, no processo n.º 201/14, apresentado por TÂNIA SOFIA DA SILVA BARRETO, com o NIF 241074835, residente na Rua Casal d'Anja, n.º 22, na freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande. e por DAVID NASCIMENTO DE ALMEIDA, com o NIF 240875494, residente na Rua de Leiria, n.º 37, Lote B, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Do prédio objeto do pedido com 1.311,00 m², será cedida uma parcela de terreno com a área de 28,00 m² para integrar o domínio público, para passeio público. Após a cedência, o prédio ficará com a área de 1.283,00 m².

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico, datada de 2014/07/11, que atesta encontrarem-se o projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente parecer técnico, datada de 2014/07/23, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento de obras de construção de moradia e muro de vedação, no prédio sito na Rua Santo António de Platina, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.774 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.638-P, no processo n.º 201/14, apresentado por TÂNIA SOFIA DA SILVA BARRETO, com o NIF 241074835, residente na Rua Casal d'Anja, n.º 22, na freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e por DAVID NASCIMENTO DE ALMEIDA, com o NIF 240875494, residente na Rua de Leiria, n.º 37, Lote B, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Do prédio objeto do pedido com 1.311,00 m², será cedida uma parcela d terreno com a área de 28,00 m² para integrar o domínio público, para execução de passeio público. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1.283,00 m².

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.
- 4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 5- O muro a construir deve dar continuidade do alinhamento do muro existente a sul.
- 6- Deverá assegurar a execução do passeio, na extensão total do prédio confinante com a Rua Santo António de Platina, a ser pavimentado em calçada miúda de calcário de 0,05mx0,05 m, após execução de uma camada de base em tout-venant com 0,15 m de espessura.
- 7- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

8- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.

O registo da deslocação no respetivo livro de obra é imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização;

9- A concessão da autorização de utilização fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo da cedência ao domínio público de 28 m2 do prédio objeto do pedido.

10- Deverá solicitar aos serviços camarários de Águas e Saneamento a ligação da rede de água e rede de água residual doméstica, às redes públicas de abastecimento de águas e residuais domésticas existentes na Rua Santo António de Platina.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 -REQ. N. 1024/14, DATADO DE 08/07/2014 – PC N.º 97/14, DATADO DE 28/03/2014
– RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ**

619 - Presente requerimento n.º 1024/14, datado de 2014/07/08, constante do processo camarário n.º 97/14, subscrito por RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ, com o NIF 196149789, residente na Rua Formosa, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Formosa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.000 e omissa na matriz.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/07/28, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Formosa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.000 e omissa na matriz, com o número de processo 97/14, com data de entrada em 2014/03/28, apresentado por RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ, com o NIF 196149789, residente na Rua Formosa, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua Formosa, com largura mínima de 1,40m e alinhamento definido na continuidade do alinhamento do muro de vedação existente no prédio confinante a Nascente e pavimentação da respetiva

zona envolvente ao referido arruamento. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor.

2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22- E/98, de 30/11.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 -REQ. N. 760/14, DATADO DE 23/05/2014 – PC N.º 177/14, DATADO DE 25/03/2014 –
CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES**

620 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 760/14, datado de 2014/05/23, processo n.º 177/14, a solicitar o licenciamento da construção de uma moradia, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 17, do lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, apresentado por CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES, com o NIF 205571018, residente na Rua de Leiria, n.º 5, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria.

Presentes informações técnicas, datadas de 2014/06/05, de 2014/07/11 e parecer técnico datado de 2014/07/21, que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento da construção de uma moradia, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 17, do lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, apresentado por CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES, com o NIF 205571018, residente na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, freguesia de Monte Real e concelho de Leiria, bem como das informações técnicas de 2014/06/05, de 2014/07/11, e parecer técnico datado de 2014/07/21, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto violar normas regulamentares aplicáveis e por a construção implicar para o município a realização de trabalhos não previstos, nomeadamente:

- a) Por não assegurar o disposto no n.º 10 do artigo 5º PDMMG, com a previsão de estacionamento para a edificação;
- b) Por não assegurar afastamento entre a edificação e a linha de água de 10 m, além do limite do leito, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26º do Regulamento do PDMMG, sobre a Servidão do Domínio Público Hídrico;
- c) Pela ausência de infraestrutura, nomeadamente por o arruamento que serve o terreno não se apresenta pavimentado em toda a frente do terreno;

Mais se informa que parte dos elementos do pedido apresentam-se deficientemente elaborados os elementos descritos nas alíneas h) e n) do n.º 1, alíneas a) e d) do n.º 3 e alíneas b) e e) do n.º 4 do n.º 11º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, nomeadamente:

- a) Estimativa do custo total da obra, incluindo valores referentes a demolições e arranjos exteriores, quando existam, assente na descrição, áreas e valores de referência constantes no Quadro XIX do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, conforme alínea h) do n.º 1.
- b) Termos de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto que ateste a compatibilidade entre os projetos, de acordo com o n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, nos termos descritos na alínea n) do n.º 1 do n.º 11º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março.
- Projeto de arquitetura
- c) Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas.
- d) Cortes longitudinais e transversais à escala 1:200, na perpendicular ao arruamento ou arruamentos de acesso à construção, indicando a cota do eixo desses arruamentos, do passeio, se o houver, da soleira e dos vários pisos. A tracejado será indicado o perfil natural do terreno.
- Memória descritiva do projeto
- e) Enquadramento da pretensão nos planos municipais de ordenamento do território vigentes e operação de loteamento se existir.
- f) Indicação da natureza e condições do terreno.

Informa ainda que encontram-se em falta na instrução do pedido os seguintes elementos:

- a) Esquema se Chaminés de Ventilação e Exaustão de fumos e gases de combustão.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

- b) Pormenor do recetáculo postal de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
- c) Localização da recolha de águas residuais na planta de implantação e definição na memória descritiva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 -REQ. N. 1085/14, DATADO DE 18/07/2014 – PC N.º 163/14, DATADO DE 15/05/2014 – HELENA GIL RIBEIRO - CABEÇA DE CASAL DE HERANÇA

621 - Presente requerimento n.º 1085/14, datado de 2014/07/18, constante do processo camarário n.º 163/14, subscrito por HELENA GIL RIBEIRO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE, com o NIF 740539540, com domicílio fiscal em Rua dos Eucaliptos, n.º 16, freguesia de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Cardal, n.º 4, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3118 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2337.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/07/28, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Cardal, n.º 4, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3118 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2337, com o número de processo 163/14, com data de entrada em 2014/05/15, apresentado por HELENA GIL RIBEIRO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE, com o NIF 740539540, com domicílio fiscal em Rua dos Eucaliptos, n.º 16, freguesia de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/07/28, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 e n.º 4 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, designadamente por:

1. Violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, face à não previsão de estacionamento no interior do prédio.
2. A legalização do anexo no logradouro frontal do prédio, afetar negativamente a estética do conjunto edificado, face ao impacto visual negativo apresentado pela falta de alinhamento da sua fachada, com a fachada da edificação principal, não contribuindo a

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

solução apresentada, para melhorar e integração todo o conjunto a legalizar, face ao anterior licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1116/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 256/08, DATADO DE 15/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA.

622 - Presente requerimento n.º 1116/14, datado de 2014/07/25, constante do processo camarário n.º 256/08, subscrito por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao *pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre uma parcela de terreno a constituir através de operação de destaque (parcela a destacar com a área de 9.620,00m²) de um prédio rústico sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, da referida freguesia de Vieira de Leiria.

Presente deliberação camarária datada de 2014/07/03, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/07/25, que refere ter vindo o requerente alegar ter perdido o interesse no investimento que pretendia efetuar, propondo o indeferimento do pedido, nos termos e com os fundamentos subjacentes à referida proposta de indeferimento.

Após a análise do *pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre uma parcela de terreno a constituir através de operação de destaque (parcela a destacar com a área de 9.620m²) de um prédio rústico sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, da referida freguesia de Vieira de Leiria, com o número de processo 256/08, apresentado por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/07/25, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR a pretensão, nos termos do n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, designadamente por ausência de arruamento que confronte diretamente com a parcela de terreno a destacar, constante do processo camarário n.º 627-08 (pedido de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

certidão de destaque), não sendo viável a constituição das duas parcelas propostas a destacar e remanescente, inviabilizando, consequentemente, a presente pretensão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 -REQ. N. 1115/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 257/08, DATADO DE 18/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA.

623 - Presente requerimento n.º 1115/14, datado de 2014/07/25, constante do processo camarário n.º 257/08, subscrito por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao *pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre uma parcela de terreno a constituir através de operação de destaque (parcela remanescente com a área de 7.510,00m²) de um prédio rústico sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, da referida freguesia de Vieira de Leiria.

Presente deliberação camarária datada de 2014/07/03, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/07/25, que refere ter vindo o requerente alegar ter perdido o interesse no investimento que pretendia efetuar, propondo o indeferimento do pedido, nos termos e com os fundamentos subjacentes à referida proposta de indeferimento.

Após a análise do *pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre uma parcela de terreno a constituir através de operação de destaque (parcela remanescente com a área de 7.510m²) de um prédio rústico sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, da referida freguesia de Vieira de Leiria, com o número de processo 257/08, apresentado por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/07/25, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR a pretensão, nos termos do n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, designadamente por ausência de arruamento que confronte diretamente com a parcela de terreno a destacar, constante do processo camarário n.º 627-08 (pedido de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

certidão de destaque), não sendo viável a constituição das duas parcelas propostas a destacar e remanescente, inviabilizando, consequentemente, a presente pretensão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 -REQ. N. 114/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 627-08, DATADO DE 15/07/2008 – BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA

624 - Presente requerimento n.º 114/14, datado de 2014/07/25, constante do processo camarário n.º 627-08, subscrito por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao *pedido de emissão de “Certidão de Destaque”* de um prédio rústico, sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, da referida freguesia de Vieira de Leiria.

Presente deliberação camarária datada de 2014/07/03, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a não emissão da certidão requerida, pelo facto de uma das parcelas a constituir, referenciada como “Parcela a destacar”, não confrontar diretamente com arruamento público.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/07/25, que refere ter vindo o requerente alegar ter perdido o interesse no investimento que pretendia efetuar, propondo a não emissão da certidão requerida, nos termos e com os fundamentos subjacentes à referida proposta de não emissão.

Após a análise do *pedido de emissão de “Certidão de destaque”* de um prédio rústico, sito no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710, da referida freguesia de Vieira de Leiria, com o número de processo 627-08, apresentado por BRAUN'S SOHNE – PORTUGAL, LDA., NIPC 507540891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/07/25, a Câmara Municipal delibera NÃO MANDAR EMITIR A CERTIDÃO DE DESTAQUE requerida, em virtude da operação de destaque solicitada, não garantir o cumprimento do disposto no n.º 4 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, dado uma das parcelas a constituir, referenciada como “*Parcela a destacar*”, não confrontar diretamente com arruamento público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

**16 - REQ. N. 1088/14, DATADO DE 18/07/2014 – PC N.º 397/11, DATADO DE 14/10/2011 –
VITOR MANUEL HENRIQUES PALHINHA**

625 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1088/14 de 18/07/2014, apresentado por VITOR MANUEL HENRIQUES PALHINHA, com o NIF 147291097, residente em Rua do Tojal, n.º 17, lugar de Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização imóvel destinado a comércio e serviços, com obras legalizadas no âmbito do processo de licenciamento n.º 397/11.

Presente parecer técnico datado 21/07/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua António Maria da Silva, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade VITOR MANUEL HENRIQUES PALHINHA, com o NIF 147291097, residente em Rua do Tojal, n.º 17, lugar de Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Carlos Duarte

2) Membros suplentes

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Ricardo Santos

Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 -REQ. N. 942/11, DATADO DE 09/05/2011 – PC N.º 411/07, DATADO DE 22/06/2007 –
SIMONE FERNANDES VALENTE**

626 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “*Construção de edifício habitacional e muros de vedação*”, a que foi atribuído o número de processo 411/07, a erigir

em prédio urbano sito na Avenida José Gregório, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4.040 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.153, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por SIMONE FERNANDES VALENTE, com o NIF 191090484, residente em Rua Dr. João Galo Pereira, n.º 4, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2010/04/29.

Presente informação técnica datada de 2014/07/14, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentar os projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do previsto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, adiante RJUE.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/07/14, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,

- 1. Considerando que a interessada, SIMONE FERNANDES VALENTE, com o NIF 191090484, residente em Rua Dr. João Galo Pereira, n.º 4, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitou, em 2007/06/22, o licenciamento da obra de “*Construção de edifício habitacional e muros de vedação*”, a que foi atribuído o número de processo 411/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4.040 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.153, da referida freguesia de Marinha Grande;**
- 2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2010/04/29;**
- 3. Considerando que o requerente devia ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja em 2012/10/02, e que não o fez - n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;**
- 4. Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 3, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2013/04/02 - n.º 6 do citado art. 20.º do RJUE;**
- 5. Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;**

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, NOTIFICAR, a requerente,

SIMONE FERNANDES VALENTE, com o NIF 191090484, residente em Rua Dr. João Galo Pereira, n.º 4, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento para a *“Construção de edifício habitacional e muros de vedação”*, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 411/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4.040 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.153, da referida freguesia de Marinha Grande, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE tendo sido ultrapassado o prazo de suspensão do processo, previsto no n.º 6 do mesmo artigo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 -REQ. N. 613/12, DATADO DE 05/04/2012 – PC N.º 54/12, DATADO DE 27/02/2014 –
BENECLEAN - LIMPEZA A SECO LDA

627 - Presente processo de licenciamento das obras de alteração para mudança de uso para lavandaria e limpeza a seco da fração A sita no R/C do edifício existente na Avenida José Gregório, n.º 188-A, na freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por BENECLEAN - LIMPEZA A SECO LDA., detentora do NIPC 509 902 731, com sede na Rua Rei da Memória, n.º 72, R/C, freguesia da Benedita e concelho de Alcobaça, aprovado em reunião de Câmara de 26/04/2012, ao abrigo do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 21/07/2014, referindo ter sido ultrapassado o prazo para a requerente apresentar o pedido de emissão do respetivo alvará de licença de construção;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 21/07/2014, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e, 1-Considerando que a interessada, BENECLEAN - LIMPEZA A SECO LDA, detentora do NIPC 509 902 731, com sede na Rua Rei da Memória, n.º 72, R/C, freguesia da Benedita e concelho de Alcobaça, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento das obras de alteração para mudança de uso para lavandaria e limpeza a seco da fração A sita no R/C do edifício existente na Avenida José Gregório, n.º 188-A, na freguesia e concelho da Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 26/04/2012, através do ofício n.º 420/12, de 02/05/2012, rececionado a 04/05/2012;

- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até-05/05/2013, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;
- 3- Considerando que a interessada não solicitou qualquer prorrogação ao prazo inicialmente conferido;
- 4- Considerando que o pedido para emissão do alvará deveria ter sido apresentado pela interessada até ao dia 5/05/2013, o que não se verificou;
- 5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 54/12, para licenciamento das obras de alteração para mudança de uso para lavandaria e limpeza a seco da fração A sita no R/C do edifício existente na Avenida José Gregório, n.º 188-A, na freguesia e concelho da Marinha Grande, delibera, ao abrigo do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA, e n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, notificar a requerente, BENECLEAN - LIMPEZA A SECO LDA, detentora do NIPC 509 902 731, com sede na Rua Rei da Memória, n.º 72, R/C, freguesia da Benedita e concelho de Alcobaça para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito e no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 -REQ. N. 1060/14, DATADO DE 15/07/2014 – PC N.º 118/12, DATADO DE 19/04/2012 – SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES A. GONÇALVES, LDA

628 - Presente requerimento n.º 1060/14, datado de 2014/07/15, constante do processo camarário n.º 118/12, subscrito por SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES A. GONÇALVES, LDA., com o NIPC 500268355, com sede na Estrada de Leiria, n.º 277, Apartado 87, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a “*Alteração do Loteamento Urbano*”, a incidir sobre os lotes designados por “Lote n.º 5” e “Lote n.º 8”, do loteamento urbano sito na Avenida Victor Gallo, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/1984, datado de 5 de março de 1984.

Presente Processo Camarário n.º 17/84, referente à “*Operação de Loteamento Urbano*”, levada a efeito na Avenida Victor Gallo, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

atribuído o Alvará de Loteamento n.º 5/1984, datado de 5 de março de 1984, emitido em nome de Sociedade de Representações A. Gonçalves, Lda.

Presente informação técnica da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 2014/07/16, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja sujeita a prévia discussão pública, antes de ser submetida a aprovação.

Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera sujeitar a discussão pública o pedido de “*Alteração da Licença de Operação de Loteamento Urbano*”, a incidir sobre os lotes designados por “Lote n.º 5” e “Lote n.º 8”, do loteamento urbano sito na Avenida Victor Gallo, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/1984, datado de 5 de março de 1984, emitido em nome de SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES A. GONÇALVES, LDA., com o NIPC 500268355, com sede na Estrada de Leiria, n.º 277, Apartado 87, freguesia e concelho de Marinha Grande, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e n.º 2 do art. 28.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 -REQ. N. 557/11, DATADO DE 17/03/2011 – PC N.º 316/03, DATADO DE 23/04/2003 – PAULO JORGE FIGUEIRAL CORREIA

Este ponto foi retirado da ordem do dia.

21 -REQ. N. 813/14, DATADO DE 02/06/2014 – PC N.º 09/99, DATADO DE 06/01/1999 – CIVILCONSTRÓI – CONSTRUÇÕES, LDA. e URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIAS, LDA.

629 - Presente requerimento n.º 813/14, datado de 2 de junho de 2014, de CIVILCONSTRÓI – CONSTRUÇÕES, LDA. e URBIFIX – SOCIEDADE DE DE INVESTIMENTO E CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIAS, LDA., titulares do processo de loteamento urbano, com o n.º 09/99, para o qual foi emitido, em 30 de novembro de 1999, o alvará de loteamento com obras de urbanização n.º 12/99, incidente sobre o prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 8.953 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.618 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.251, localizado em Quinta de Valdreanes, Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva das infraestruturas viárias, rede de abastecimento de água, rede de drenagem residual pluvial, rede de águas residuais domésticas e arranjos exteriores realizadas e a extinção das cauções prestadas para garantir a sua boa execução.

Presentes documentos e informações técnicas que recaíram sobre o presente requerimento.

Após análise da pretensão das requerentes, CIVILCONSTRÓI – CONSTRUÇÕES, LDA. E URBIFIX – SOCIEDADE DE DE INVESTIMENTO e CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIAS, LDA., titulares do processo de loteamento urbano, com o n.º 09/99, para o qual foi emitido, em 30 de novembro de 1999, o alvará de loteamento com obras de urbanização n.º 12/99, incidente sobre o prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 8.953 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.618 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.251, localizado em Quinta de Valdreanes, Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva e a extinção da caução destinada a assegurar a boa e regular execução das obras e da informação técnica datada de 19 de junho de 2014, que se pronunciou sobre o assunto, a Câmara delibera:

1. DEFERIR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 448/99, de 29 de novembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 334/95, de 28 de dezembro, o pedido de receção definitiva das infraestruturas realizadas, designadamente infraestruturas viárias, rede de abastecimento de água, rede de drenagem residual pluvial, rede de águas residuais domésticas e arranjos exteriores, por as mesmas se encontrarem em boas condições de conservação e funcionamento;
2. MANDAR LIBERTAR, ao abrigo do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 448/99, de 29 de novembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 334/95, de 28 de dezembro, o montante remanescente das cauções prestadas pelos requerentes com vista a garantir a adequada execução das infraestruturas, nos montantes de:
 - 16.383,88€ (dezassex mil, trezentos e oitenta e três euros e oitenta e oito cêntimos) relativos à garantia bancária n.º 158 – 02 – 0191427, do BCP, referente a infraestruturas viárias;
 - 8.479,43 € (oito mil quatrocentos e setenta e nove euros e quarenta e três cêntimos) relativos à garantia bancária n.º 158 – 02 – 0191551, do BCP, referente a rede de drenagem de águas residuais domésticas e rede de drenagem de águas pluviais;
 - 4.482,77€ (quatro mil quatrocentos e oitenta e dois euros e setenta e sete cêntimos) relativos à garantia bancária n.º 0418.000030.688.0019, da CGD, referente à rede de abastecimento de água;
 - 8.728,96€ (oito mil setecentos e vinte e oito euros e noventa e seis cêntimos) também relativos à garantia bancária n.º 0418.000031.488.0019, da CGD, referentes aos arranjos exteriores.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. O Sr. Presidente esteve ausente nesta votação, tendo sido substituído pelo Sr. Vice-presidente, Paulo Vicente.

22 -REQ. N. 1097/14, DATADO DE 21/07/2014 – PC N.º 263/14, DATADO DE 21/07/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

630 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 1097/14, datado de 22/07/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua General Humberto Delgado, n.º14, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 21/07/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 1,00 metro de calçada, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua General Humberto Delgado, n.º14, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.**
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 -REQ. N. 987/14, DATADO 01/07/2014 – PC N.º 235/14, DATADO DE 01/07/2014 – BOLLINGHAUS STEEL, S.A.

631 - Presente pedido, datado de 01-07-2014, apresentado pela sociedade BOLLINGHAUS STEEL, S.A., titular do processo de licenciamento nº 235/14, referente à sujeição da operação urbanística (ampliação de unidade industrial), ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande: 2014, que se dá por reproduzido.

Presente documento do Instituto da Segurança Social, datado de 23-05-2014.

Presente minuta de contrato de apoio ao investimento industrial.

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante incentivar a criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe (nas vertentes em que pode intervir) adotar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

O programa de apoio ao investimento industrial visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

Nestes termos, e apesar do que isso significa em termos de redução de cobertura de outras atividades, é prioritária a implementação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial no concelho da Marinha Grande, que concede aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza industrial e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, sucedendo-se os anos de recessão uns atrás dos outros e agravando-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflete necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequa-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento das atuais indústrias, assim como a instalação de novas unidades.

O especial interesse social e económico das unidades industriais é mensurado diretamente através da criação de postos de trabalho e indiretamente em função do valor global do investimento.

No caso em apreço, a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 20 postos de trabalho na unidade industrial objeto de licenciamento. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial.

Nestes termos, o pedido está enquadrado no patamar que confere isenção das taxas urbanísticas identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Investimento Industrial de 2014 e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística (licenciamento da ampliação de uma unidade industrial, sita em Vieira de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião camarária de 17-07-2014), em nome de BOLLINGHAUS STEEL, S.A., com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande - no âmbito do citado Programa de Apoio e consequentemente conceder-lhe a isenção das

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

taxas urbanísticas, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova, se dá por integralmente reproduzida e fica anexa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Durante a apreciação do ponto 24 da ordem do dia, a Sra. Vereadora Alexandra Dengucho ausentou-se da reunião, pelo que não votou a referida proposta.

24 -INAPLICABILIDADE DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALCOBAÇA À FREGUESIA DA MOITA – NECESSIDADE DE DEFINIÇÃO DE ORIENTAÇÕES PARA A GESTÃO URBANÍSTICA NA FREGUESIA DA MOITA

632 - Presente informação da Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, IM/53/2014 DE 25 DE JULHO 2014, a qual refere que a passagem da Freguesia da Moita do concelho de Alcobça para o concelho da Marinha Grande, em 2001, com a publicação da Lei 28/2001 de 12 de Julho, implicou grandes alterações para os dois concelhos.

No caso específico do concelho da Marinha Grande e em termos de ordenamento, traduziu-se na existência de uma parte do território concelhio, para o qual não existe um instrumento de gestão territorial eficaz.

Na ausência de um Instrumento de Gestão Territorial eficaz para a freguesia da Moita, desde 2001, a gestão urbanística na freguesia da Moita, obedeceu:

- ao cumprimento das condicionantes - RAN – Reserva Agrícola Nacional, REN – Reserva Ecológica Nacional, ou quaisquer outras servidões de restrição de utilidade pública;

- ao Decreto-Lei n.º 794/76, de 05 de novembro e suas alterações, também conhecido como Lei dos Solos que de acordo com o número 1 do artigo 62.º “... entende-se por aglomerado urbano o núcleo de edificações autorizadas e respectiva área envolvente, possuindo vias públicas pavimentadas e que seja servido por rede de abastecimento domiciliário de água e de drenagem de esgoto, sendo o seu perímetro definido pelos pontos distanciados 50 m das vias públicas onde terminam aquelas infraestruturas urbanísticas.”

Estas orientações permitiam até à data, num território não abrangido por PMOT em vigor, desde que o referido prédio, alvo de pretensão urbanística, se encontrasse inserido num aglomerado urbano, possuidor de vias públicas pavimentadas e servido por rede de abastecimento de água e drenagem de esgoto ou que distasse 50 metros dessas

infraestruturas, autorizar a construção e permitir o crescimento ordenado e assente em infraestruturas daquela freguesia.

A recente publicação da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, que entrou em vigor 30 dias após a data da sua publicação veio de acordo com a norma revogatória constante do artigo 83º da referida Lei, revogar o Decreto-Lei 794/76, de 5 de novembro e suas alterações.

A revogação da antiga Lei dos Solos, por esta nova Lei, na qual não se encontra tradução da norma utilizada para a gestão urbanística na Freguesia da Moita, coloca em questão a forma até agora utilizada na gestão urbanística naquela freguesia.

Desta forma importa, obedecendo às normas legais e regulamentares encontrar um enquadramento que permita a gestão urbanística na Freguesia da Moita estabelecendo novas orientações para o licenciamento.

Face ao plasmado na referida informação, torna-se urgente adotar uma linha orientadora para a gestão urbanística no território da Freguesia da Moita sob pena da mesma ficar estagnada, congelada até à entrada em vigor do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande revisto, cuja calendarização aponta para 2016.

Deste modo,

Considerando que a freguesia da Moita pertence ao concelho da Marinha Grande, desde 2001, com a publicação da Lei 28/2001 de 12 de Julho;

Considerando que sendo os PMOT regulamentos municipais que só podem ser aplicados no âmbito territorial da respectiva autarquia, razão pela qual o PDM de Alcobaça só pode ser aplicado no âmbito territorial do Município de Alcobaça, e estando atualmente a Freguesia da Moita integrada no Município da Marinha Grande deveria e deverá ser alterado ou revisto o PDM da Marinha Grande de forma a que seja regulamentado o regime de uso do solo dessa freguesia;

Considerando que essa alteração ou revisão ainda não ocorreu;

Considerando que o enquadramento legal que servia de base à gestão urbanística na freguesia da Moita, permitindo o licenciamento e consequente crescimento da freguesia, em termos populacionais e económicos, foi revogado;

Considerando que os munícipes não podem ser prejudicados pela inércia da administração;

Considerando que se classifica como urbano, o solo que se destina a urbanização e a edificação urbana (conforme o disposto no número 3 do artigo 4º do DR 11/2009, de 29 de maio);

Considerando que classificação do solo como urbano constante do Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de maio visa a sustentabilidade, a valorização e o pleno aproveitamento das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais (conforme número 1 do artigo 6º do DR 11/2009, de 29 de maio);

Considerando que as condicionantes – Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica e demais servidões e restrições de utilidade pública - prevalecem sobre as demais disposições de regime de uso do solo;

Considerando que essa classificação do solo como urbano observa, cumulativamente, os seguintes critérios:

- a) Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- b) Existência ou previsão de aglomeração de edifícios, população e atividades geradora de fluxos significativos de população, bens e informação;
- c) Garantia de acesso da população residente aos equipamentos que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais.

Considerando ainda, que o número 5 do artigo 24º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e da Lei nº 28/2010, de 02 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE – prevê o indeferimento das operações urbanísticas na ausência de arruamentos ou de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento;

A Câmara delibera, face ao disposto no artigo 6º do Decreto Regulamentar nº 11/2009, de 29 de maio (classificação de solo como urbano) e até que sejam definidas em sede de revisão de Plano Diretor Municipal regras claras, que no controlo prévio das operações urbanísticas, a realizar na freguesia da Moita, se tenham em consideração, para além das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, as condicionantes de REN e RAN ou outras servidões e restrições de utilidade pública, bem como o número 5 do artigo 24º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e da Lei nº 28/2010, de 02 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, já citado.

Todas as construções que não forem servidas das ditas infraestruturas urbanísticas não poderão ser aprovadas, por não existir no atual ordenamento jurídico, qualquer norma semelhante ao número 1 do artigo 62º da Lei dos solos, entretanto revogada que definia o que se devia entender por aglomerado urbano e o seu perímetro.

Esta deliberação foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor e um voto contra da Sra. Vereadora Ana Alves Monteiro que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Após termos questionado sobre qual a razão pela qual a proposta não veio em 2009, dado que o Decreto-regulamentar 11/2019, de 29 de Maio, entrou em vigor a 30 de Maio de 2009; dado que não conhecemos quantos processos de licenciamento estão condicionados à “inércia da administração”, expressão utilizada no parecer pela chefe de divisão, e se encontram pendentes de decisão, nem quantos já foram licenciadas até aqui; considerando que não é claro quais os parâmetros urbanísticos que serão utilizados para efeitos de apreciação dos processos no caso em concreto, porque não é

líquido que inexistam outras formas de atuação nestas situações, designadamente porque não se equaciona a possibilidade de elaboração de normas provisórias, medidas preventivas ou outra solução ajustada, entendo que:

- a) o processo não está suficientemente fundamentado quanto à forma de apreciação dos processos durante o período que decorre até à aprovação do PDM,*
- b) carece de uma apreciação jurídica que clarifique as normas transitórias para a respetiva apreciação indique as opções jurídicas que possam ser aplicadas nestas circunstâncias, nomeadamente até à entrada em vigor do PDM (processo de revisão em curso).*

A proposta apresentada na informação não clarifica um procedimento diferenciado daquele que já está a ser utilizado atualmente por isso acho que o processo deveria ser reapreciado neste órgão com a fundamentação referida”.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um intervalo, que decorreu das 11:20 horas às 15:00 horas. **A reunião foi retomada com a presença de todos.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**25 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA
“CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA
ESTAÇÃO – MARINHA GRANDE” – CONCURSO PÚBLICO N.º 12/2013**

633 - Presente informação n.º 54SAB/2014 da Área das Finanças e carta do adjudicatário da obra em epígrafe, A ENCOSTA - CONSTRUÇÕES, S.A., a apresentar, para reforço de caução da obra mencionada em epígrafe, a garantia bancária n.º 393993 de 04.07.2014 no montante de 12.999,67 euros emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A..

A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art.º 353º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, aceitar a referida garantia bancária e restituir a importância de 991,29 € ao adjudicatário A ENCOSTA - CONSTRUÇÕES, S.A., retidos através das guias n.º 1106/1 e 1120/1/2014 de 30.04.2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 -PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015" - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM 13-06-2014

634 - Considerando que por deliberação camarária tomada em reunião de Câmara Municipal de 13/06/2014, foi concedido parecer prévio favorável à contratação dos serviços de "Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015" atenta a informação 1/792/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento que prevê o início dos serviços a contratar a 1 de Outubro de 2014.

Considerando que a informação datada de 15/07/2014 com o n.º 1/1601/2014 da Área de Desporto solicita a anulação da informação 1/792/2014 por se pretender a alteração da data de início das actividades para o dia 15 de Setembro de 2014.

Considerando que a alteração, proposta determina o aumento do n.º de tempos letivos a realizar no ano de 2014 e consequentemente o aumento do preço base do procedimento.

Assim atenta a informação prestada pelos serviços da DCD a Câmara Municipal delibera revogar a deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 13/06/2014, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 140 do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 -PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015".

635 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 14039/2014 e informação I/1062/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de “Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”, com início a 15 de Setembro de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de actividades de ensino da natação, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem carácter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 30/07/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite ao INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE e que esta entidade possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação dos serviços de “Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/59, tendo sido emitido o cabimento n.º 1873/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 11.603,52€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço unitário contratado no ano de 2013 para idêntico objeto, que foi de 9,48€/hora, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de “Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”, com início a 15 de Setembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 -PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2014/2015".

636 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao

art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 14038/2014 e informação I/1059/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de “Dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2014/2015”, com início a 15 de Setembro de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio

vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de actividades de ensino da natação, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 29/07/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite à ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NAUTICO MARINHA GRANDE e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação dos serviços de “Dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2014/2015”, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/59, tendo sido emitido o cabimento n.º 1864/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 25.984,80€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço unitário contratado no ano de 2013 para idêntico objeto, que foi de 8,02€/hora, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na

alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de “Dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2014/2015”, com início a 15 de Setembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 -PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”.

637 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a

Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a Portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da

inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 14034/2014 e informação I/958/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de “Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2014/2015”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de transportes escolares, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 11/07/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que em anos anteriores o procedimento adoptado foi o ajuste directo nos termos do artigo 24, n.º 1, alínea e) do Código dos Contratos Públicos, atenta a exclusividade da empresa Rodoviária do Tejo S.A. nos circuitos utilizados pelos alunos do concelho da Marinha Grande, por esta a empresa ser concessionária deste serviço público.

Considerando que através do ofício, com o registo de saída S/2668/2014, de 15/07/2014, foi solicitado à Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro que informasse da manutenção, para o ano lectivo 2014/2015, da exclusividade da Rodoviária do Tejo S.A., nos circuitos utilizados pelos alunos do concelho da Marinha Grande e que foi pedido que a resposta fosse remetida à autarquia até ao dia 31/07/2014.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Considerando que a DCD propõe o convite à Rodoviária do Tejo S.A. e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação dos serviços de “Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2014/2015”, nas classificações orgânica/económica 06/020210 e 06/020225 ação do PAM 2014/A/65, tendo sido emitido o cabimento n.º 1723/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 48.997,50€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de “Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2014/2015”.

A presente deliberação produz efeitos no dia útil seguinte à receção da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro da comunicação de exclusividade da empresa Rodoviária do Tejo S.A. nos circuitos utilizados pelos alunos do concelho da Marinha Grande, por esta a empresa ser concessionária deste serviço público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3º -PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE”, PARA O PERÍODO DE 36 MESES.

638 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 15240/2014 e informação LE/06/2014, ambas da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de “Vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”, para o período de 36 meses, com início a 1 de Outubro de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de vigilância, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 29/7/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público de acordo com o disposto nos artigos 16.º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b), ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 para a contratação dos serviços de “Vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”, na classificação orgânica/económica 07/020218, ação do PAM 2014/A/11, tendo sido emitido o cabimento n.º 1863/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 163.800,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço mensal contratado no ano de 2013 para o mesmo serviço, que foi de 4.550,00€/mês, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de “Vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”, para o período de 36 meses, com início a 1 de Outubro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 -PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESMATAÇÃO DE DIVERSOS TERRENOS MUNICIPAIS”

639 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 15245/2014 e informação SS.37.2014, ambas da DISU – Divisão de Infra estruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da “Prestação de serviços de limpeza e desmatação de diversos terrenos

municipais”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de limpeza e desmatção de terrenos, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 29/07/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b), ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação da “Prestação de serviços de limpeza e desmatção de diversos terrenos municipais”, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2014/A/96, tendo sido emitido o cabimento n.º 1862/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 8.130,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a “Prestação de serviços de limpeza e desmatção de diversos terrenos municipais”, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da “Prestação de serviços de limpeza e desmatção de diversos terrenos municipais”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 -PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “RECOLHA DE RESÍDUOS DE SOLOS E ENTULHOS CONTAMINADOS COM NAFTA E SUA ENTREGA PARA TRATAMENTO EM OPERADOR CERTIFICADO”

640 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014 e considerando ainda o facto de até à presente data não ter existido qualquer contrato, com idêntico objecto, celebrado no ano de 2013.

Presente a requisição interna n.º 14328/2014 e informação CS/21/2014, ambas da DOT - Divisão de Ordenamento do Território, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de “Recolha de resíduos de solos e entulhos contaminados com nafta e sua entrega para tratamento em operador certificado”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de recolha de solos e entulhos contaminados com nafta e sua entrega para tratamento em operador certificado, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 29/07/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DOT propõe o convite às empresas: CORREIA & CORREIA, LDA; CARMONA - GESTÃO GLOBAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS, S.A.; NATUREZA VERDE - GESTÃO DE RESÍDUOS, LDA e EGEO - TECNOLOGIA E AMBIENTE, S.A. e que em sede de procedimento de contratação a empresa adjudicatária terá de comprovar que possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2014 a dotação para a assunção de despesa para a contratação da prestação de serviços de “Recolha de resíduos de solos e entulhos contaminados com nafta e sua entrega para tratamento em operador certificado”, na classificação orgânica/económica 07/07010412, ação do PPI 2013/I/26, tendo sido emitido o cabimento n.º 1870/2014 e que o preço base a aplicar

é de 37.500,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação da prestação de serviços de “Recolha de resíduos de solos e entulhos contaminados com nafta e sua entrega para tratamento em operador certificado”, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de “Recolha de resíduos de solos e entulhos contaminados com nafta e sua entrega para tratamento em operador certificado”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 -PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “CONCEÇÃO GRÁFICA E IMPRESSÃO DE GUIA DA NATUREZA/HISTÓRIA COM WALKMAP, FOLHETO DE DIVULGAÇÃO, PAINÉIS INTERPRETATIVOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES DE PERCURSO PEDONAL, A REALIZAR NO ÂMBITO DA CANDIDATURA “VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DO ESTUÁRIO DO LIS”.

641 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 15417/2014 e informação I/31/2014_AQ, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de “Conceção gráfica e impressão de guia da natureza/história com walkmap, folheto de divulgação, painéis interpretativos e placas de identificação de espécies de percurso pedonal, a realizar no âmbito da candidatura Valorização Ambiental do Estuário do Lis”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de conceção gráfica e impressão de guia da natureza/história com walkmap, folhetos de divulgação, painéis interpretativos e placas de identificação de espécies de percurso pedonal, cujas tarefas a executar serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 29/07/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público de acordo com o disposto nos artigos 16.º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação da prestação de serviços de “Conceção gráfica e impressão de guia da natureza/história com walkmap, folheto de divulgação, painéis interpretativos e placas de identificação de espécies de percurso pedonal, a realizar no âmbito da candidatura Valorização Ambiental do Estuário do Lis”, nas classificações orgânica/económica 06/020220 e 07/070110, ação do PAM 2011/A/75 e do PPI 2011/I/44, tendo sido emitidos os cabimentos 1866/2014 e 1867/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 20.500,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a prestação de serviços de “Conceção gráfica e impressão de guia da natureza/história com walkmap, folheto de divulgação, painéis interpretativos e placas de identificação de espécies de percurso pedonal, a realizar no âmbito da candidatura Valorização Ambiental do Estuário do Lis”, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de “Conceção gráfica e impressão de guia da natureza/história com walkmap, folheto de divulgação, painéis interpretativos e placas de identificação de espécies de percurso pedonal, a realizar no âmbito da candidatura Valorização Ambiental do Estuário do Lis”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE MEDIDATA”

642 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-

A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) *O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)*”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “*Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro*”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 15309 e informação, ambas da DFTI, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de “*Manutenção e assistência técnica ao software Medidata*” para o período de 3 anos, com início em agosto de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 29/07/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DFTI propõe o convite à MEDIDATA.NET- SISTEMA INFORMACAO PARA AUTARQUIAS, SA e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014, 2015 e 2016 para a contratação dos serviços de *“Manutenção e assistência técnica ao software Medidata”*, na classificação orgânica/económica 0103/020219, ação do PAM 2014/A/17, tendo sido emitido o cabimento pela contabilidade para o ano de 2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 30.620,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço contratado no último contrato, celebrado no ano de 2012, para idêntico objeto.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Manutenção e assistência técnica ao software Medidata”*, para o período de 3 anos com início no mês de agosto de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DE PROJETOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELECOMUNICAÇÕES, SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO, AVAC E OUTROS DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO E DO EDIFÍCIO CAMARÁRIO SITO NA RUA MACHADO SANTOS”

643 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 15306/2014 e informações da DISU – Divisão de Infra Estruturas e Serviços Urbanos e DFTI – Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de "Elaboração de

projetos das instalações elétricas, telecomunicações, segurança contra incêndios, medidas de autoproteção, AVAC e outros do Edifício dos Paços do Concelho e do Edifício camarário sito na rua Machado Santos", cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de diversos projectos nas áreas da electricidade, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 29/07/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DISU e a DFTI propõem o convite à empresa BIFOCAL - ESTUDOS E PROJECTOS DE ENGENHARIA, LDA e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo, e que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014, 2015 e 2016, para a contratação da prestação de serviços de "Elaboração de projetos das instalações elétricas, telecomunicações, segurança contra incêndios, medidas de autoproteção, AVAC e outros do Edifício dos Paços do Concelho e do Edifício camarário sito na rua Machado Santos", na classificação orgânica/económica 07/07010301, ação do PPI 2012/1/3, tendo sido emitido o cabimento pela contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 28.800,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de "Elaboração de projetos das instalações elétricas, telecomunicações, segurança contra incêndios, medidas de autoproteção, AVAC e outros do Edifício dos Paços do Concelho e do Edifício camarário sito na rua Machado Santos".

Esta deliberação foi tomada por maioria com 6 votos a favor e um voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado.

Declaração de voto do Sr. Vereador Carlos Logrado:

"Na contratação em causa, o ajuste direto não se justifica, embora legal. O concurso público seguramente reduziria o preço a pagar pelo serviço."

Declaração de voto do Sr. Presidente:

"Optámos por esta solução por ser legal e por não gostarmos de arrastar os processos durante meses, como aconteceu noutros processos bem recentes."

36 - CORRETA IDENTIFICAÇÃO DE PRÉDIO RESULTANTE DE DESAFETAÇÃO DE CAMINHO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL.

644 - Presente certidão permanente da Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis da Marinha Grande referente à descrição do prédio resultante da desafetação, do domínio público municipal, de caminho público sito na Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente comprovativo da declaração dos Serviços de Finanças da Marinha Grande para inscrição de prédio urbano na matriz.

Na sequência do registo, na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis da Marinha Grande, da parcela de terreno desafetada do domínio público municipal através da deliberação da Assembleia Municipal de 27-06-2014, a Câmara Municipal delibera identificar corretamente o prédio constante da deliberação n.º 277, tomada a 03-07-2014, com o título "Alienação de terreno – Condições da hasta pública":

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Assim, onde se lê:

“A Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alienar, em hasta pública o prédio sito na Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, que confronta a sul com a Ribeira do Tecelão, a norte com Rua 1.º de Janeiro, a nascente com Carfi – Fábrica de Plásticos e Moldes, S.A. e a poente com caminho-de-ferro, com a área de 1.096,50 m2, que melhor se identifica através de planta que se anexa.”,

Deve passar a ler-se:

“A Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alienar, em hasta pública o prédio descrito na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o número 19947, registado a favor do Município e inscrito na matriz sob o número 19856-P, com a área de 1.096,50 m2, que melhor se identifica através de planta que se anexa”

A presente deliberação retroage os seus efeitos a 09-07-2014, data do registo do prédio em causa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 -RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: ACÁCIO CARREIRA DA LUZ – APRECIAÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIENCIA PREVIA

645 - Presente Informação jurídica n.º 955/2014, de 30.06.2014, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo IV);

Presente informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 01.07.2014 e os seguintes anexos: planta de localização do buraco e da sinalização de perigo e duas imagens da sinalização de perigo existente na Rua das Cavadas, freguesia da Marinha Grande (anexo III)

Presente informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 06.03.2014 e fotocópia de folha de serviço, do sector de redes viárias e trânsito da Divisão de Infraestruturas e Redes Municipais (anexo II);

Presente requerimento n.º E/1467/2014, de 18.02.2014, apresentado por Acácio Carreira da Luz, no qual junta cópia de uma fatura emitida em 17.02.2014 pela Sociedade Gandypneus – Comércio de Pneus e Assistência Técnica, Lda, respeitante a reparação no veículo

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

automóvel de passageiros Opel, com a matrícula 48-64-XT e requer indemnização no valor total de 170,23 € correspondente ao valor de reparação do dano alegadamente causado no referido veículo automóvel ligeiro de passageiros, em 16 de fevereiro de 2014, pelas 20h30m, ao embater num buraco existente na Rua das Cavadas, frente ao n.º 23A, freguesia da Marinha Grande. (anexo I).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 955/2014, de 30.06.2014, que fica anexa à presente ata (anexo 1) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Acácio Carreira da Luz do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 -RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: PEDRO LUÍS LOPES PEREIRA – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL

646 - Presente requerimento n.º E/1239/2014, de 10.02.2014, apresentado por Pedro Luís Lopes Pereira, no qual junta cópia de uma fatura e um orçamento respeitantes a reparações no veículo Chevrolet Nubira, com a matrícula 81-FG-47 e requer indemnização no valor total de 180 € correspondente ao valor de reparações dos danos alegadamente causados no referido veículo automóvel ligeiro de passageiros, em 09 de fevereiro de 2014, pelas 20h15m, ao embater num buraco existente na Rua S. Pedro de Moel – sentido Marinha Grande/S. Pedro de Moel, cujo limite máximo de velocidade de circulação é de 50 km/h e cuja gestão compete à Câmara Municipal;

Presente Informação jurídica n.º 711/2014, de 08.05.2014, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande;

Presente projeto de indeferimento do pedido, aprovado por unanimidade em reunião desta Câmara Municipal, realizada em 05.06.2014.

Presente ofício n.º S/2086/2014, de 12.06.2014 enviado ao requerente e por este rececionado em 17.06.2014, através do qual foi notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respetivos fundamentos de facto e de direito, bem como da concessão do prazo de 10 dias úteis para dizer o que se lhe oferecesse sobre o sentido provável da decisão de indeferimento.

Presente informação jurídica n.º 1053/2014, de 14.07.2014, na qual se conclui que não tendo o requerente apresentado quaisquer alegações e não tendo sido carregados para o procedimento administrativo quaisquer dados novos suscetíveis de alterar o projeto de indeferimento do pedido, mantêm-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes na informação n.º 711/2014, de 08.05.2014.

Nestes termos, concordando com as conclusões constantes na informação jurídica n.º 1053/2014, de 14.07.2014 e mantendo-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes da informação jurídica n.º 711/2014, de 08.05.2014, que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal, concordando com estes, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Pedro Luís Lopes Pereira, por não se encontrarem reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o disposto no artigo 7º do regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 -RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: PEDRO NUNO GRÁCIO VINAGRE – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL

647 - Presente requerimento n.º E/3265/2014, de 21.04.2014, enviado via e-mail por Pedro Nuno Grácio Vinagre, no qual, entre outros, junta fatura e recibo digitalizados respeitantes a reparação no veículo automóvel ligeiro de passageiros, com a matrícula 82-FF-59 e requer indemnização no valor total de 135,27 € correspondente ao valor de reparação do dano alegadamente causado em pneu do referido veículo automóvel ligeiro de passageiros, em 15 de fevereiro de 2014, pelas 22h40m, ao embater num buraco existente na Rua das Cavadas – sentido Albergaria/Picassinos.

Presente Informação jurídica n.º 963/2014, de 30.06.2014, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande.

Presente projeto de indeferimento do pedido, aprovado por unanimidade em reunião desta Câmara Municipal, realizada em 03.07.2014.

Presente ofício n.º S/2540/2014, de 04.07.2014, enviado ao requerente, através do qual foi notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respectivos fundamentos de facto e de direito bem como da concessão do prazo de 10 dias úteis para dizer o que se lhe oferecesse sobre o sentido provável da decisão de indeferimento.

Presentes alegações do requerente, apresentadas tempestivamente via e-mail, através do documento ao qual correspondeu o registo de entrada n.º 5660/2014, de 11.07.2014.

Presente informação jurídica n.º 1049/2014, de 14.07.2014, na qual se conclui que as alegações apresentadas pelo requerente não apresentam quaisquer dados novos ao procedimento administrativo, não determinando, consequentemente, a alteração dos fundamentos de facto e de direito constantes na informação n.º 963/2014, de 30.06

Nestes termos, concordando com as conclusões constantes na informação jurídica n.º 1049/2014, de 14.07.2014 e mantendo-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes da informação jurídica n.º 963/2014, de 30.06.2014, que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal, concordando com estes, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Pedro Nuno Grácio Vinagre, por não se encontrarem reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o disposto no artigo 7º do regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º -PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VELOCÍPEDE COM MOTOR – REQUERENTE: LUIS FERNANDO SALVADOR FERNANDES LOPES VIEIRA – RESPONSABILIDADE CIVIL – DEFERIMENTO

648 - 1. Presente requerimento apresentado em 16-03-2014, nesta Câmara Municipal, via e-mail, por Luís Fernando Salvador Fernandes Lopes Vieira, residente na rua do Moinho, n.º1, Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, titular do NIF 119866862, solicitando o ressarcimento do valor dos prejuízos sofridos na sua bicicleta com motor, no valor de 384,87€, ocorridos no dia 7 de março p.p., pelas 11H30, quando circulava na Rua Bernardino José Gomes, junto ao edifício da Resinagem, desta cidade, e embateu/encalhou num buraco que se encontrava na via. Do incidente resultou o rebentamento do pneu, da câmara de ar e destruição da jante.

2. Presente o orçamento datado de 11-03-2014, da empresa Ibero Motor, de Severino Jesus Rosa, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 46, Marinha Grande, relativo à substituição da jante, da câmara de ar e do pneu traseiros, no valor total de 384,867€, com IVA incluído.

Presente informação da DISU- Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 04-04-2014.

Presente informação n.º 1/570/2014-FO, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no

domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, Luís Fernando Salvador Fernandes Lopes Vieira, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/570/2010 -FO, que se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (anexo 2), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 384,87€ (trezentos e oitenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Luís Salvador Fernandes Lopes Vieira, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais deliberou informar o lesado, que para efeitos do recebimento do montante desta indemnização deve comparecer na tesouraria da Câmara Municipal munido do recibo correspondente ao pagamento da reparação.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção do Sr. Vereador Paulo Vicente.

41 -REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 14,00M DE TERRENO DE ANTÓNIO ALBERTO MALPIQUE MENDES

649 - Para a requalificação da Rua da Panificadora, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de António Alberto Malpique Mendes, Contribuinte n.º 100250629, com artigo matricial n.º P17661. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno (14,00m) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a reposição de muros idênticos aos existentes.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 14,00m , do prédio de que é proprietário António Alberto Malpique Mendes, Contribuinte n.º 100250629, com artigo matricial n.º P17661, para requalificação da Rua da Panificadora, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à execução de muros idênticos aos existentes, conforme consta da ficha anexa (anexo 3) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 12,00M DE TERRENO DE HERDEIROS DE JOSÉ CUSTÓDIO RODRIGUES

650 - Para a requalificação da Rua da Panificadora, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade dos herdeiros de José Custódio Rodrigues, Contribuinte n.º 703 418 980, representados pela Cabeça de Casal, Maria da Conceição Rodrigues, que confronta a Norte com José Gomes, a Sul com rua da Panificadora, a Nascente com João da Graça Malpique e a Poente com João de Sousa Franco, com artigo matricial n.º 06264. Os proprietários do imóvel, concordaram com a cedência do terreno (12,00m) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de muro idêntico ao existente e colocação de gradeamento e portão deslizante eletrificado.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 12,00m , do prédio de que são proprietários os herdeiros de José Custódio Rodrigues, representados pela Cabeça de Casal, Maria da Conceição Rodrigues, com artigo matricial nº. 06264, que confronta a Norte com herdeiros de José Custódio Rodrigues, a Sul com rua da Panificadora, a Nascente com João da Graça Malpique e a Poente com João de Sousa Franco, para requalificação da Rua da Panificadora, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à execução de muro idêntico ao existente e colocação de gradeamento e portão deslizante eletrificado, conforme consta da ficha anexa (anexo 4) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

651 - O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para comemoração do aniversário do clube e festejos anuais a realizar nos dias 22,23,24,25 de agosto de 2014;
- Publicidade alusiva ao evento;

A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia da Passagem, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização dos Festejos anuais em honra de Nossa Senhora da Ajuda nos dias 14, 15, 16 e 17 de agosto de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;
- Parecer prévio para o lançamento de artefactos pirotécnicos;
- Publicidade alusiva ao evento.

A Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização de festa de arraial nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal.

O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do baile do emigrante no dia 15 de agosto de 2014;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

A Moher-Associação para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído, para realização da festa de S. Pedro de Moel nos dias 8, 9 e 10 de agosto de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;

O Centro Recreativo e Cultural a Juventude do Casal D'Anja, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização dos festejos anuais nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2014;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

O Motabout Clube Motard de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização de concentração motard nos dias 31 de julho de 2014, 1, 2 e 3 de agosto de 2014;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

-Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento.

O Industrial Desportivo Vieiraense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

-Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização do 12º grande prêmio de atletismo a realizar no dia 30 de agosto de 2014;

Presentes informações nºs 58/AF, 59/AF, 60/AF, 61/AF, 62/AF, 63/AF, 64/AF e 65/AF de 28 de julho de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Clube Desportivo Moitense, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia da Passagem, a Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio, o Sport Império Marinhense, a Moher-Associação para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, o Centro Recreativo e Cultural a Juventude do Casal D`Anja, o Motabout Clube Motard de Vieira de Leiria e o Industrial Desportivo Vieiraense, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, da autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, do parecer prévio para o lançamento de artefactos pirotécnicos e das licenças para colocação de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 -AVERBAMENTO DE LUGARES DO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

652 - Presentes requerimentos em nome de João dos Santos Jorge, registo de entrada n.º E/1605/2014 e de Maria Jorge Duarte, registo de entrada nº 1138/2014, onde solicitam o averbamento das bancas do Mercado Municipal da Marinha Grande nºs 174,175, 176 e 177 para o nome da sua esposa Josefina Domingues Ai Jorge e das bancas nº 1, 2, 3 e 4 para o nome de seu filho Florentino Duarte Alves, respetivamente.

O artigo 5º do Decreto-lei nº 340/82, de 25 de Agosto prevê que aos detentores dos títulos de ocupação pode ser autorizada pela respetiva câmara municipal a cedência a terceiros dos lugares que lhe foram concessionados desde que ocorra um dos seguintes factos:

- a) Invalidez do titular
- b) Redução a menos de 50% da capacidade física normal do mesmo
- c) Outros motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso.

Os casos em análise, enquadram-se no disposto na alínea c) do artigo e lei acima citado, uma vez que os requerentes solicitam, no primeiro caso, o averbamento para o nome da esposa, uma vez que o titular da concessão não tem condições de saúde que lhe permitam frequentar o mercado e no segundo caso, para o nome do filho, por a titular da concessão se encontrar reformada.

Considerando que João dos Santos Jorge entregou:

- cópia do atestado médico que confirma que o requerente se encontra doente;
- cópia da declaração de início de actividade da esposa;
- cópia da cessação da sua atividade.

Considerando que Maria Jorge Duarte entregou:

- cópia do documento da Segurança Social que confirma que está reformada;
- cópia da declaração de início de actividade do filho.

Face ao exposto entendem estes serviços que a pretensão pode ser deferida pela Câmara Municipal, uma vez que os motivos invocados são justificados e ficam devidamente comprovados através dos documentos entregues.

A Câmara depois de analisar a informação delibera autorizar o averbamento das bancas nºs 174,175,176 e 177, do Mercado Municipal da Marinha Grande, para o nome de Josefina Domingues Ai Jorge e das bancas nºs 1,2,3 e 4 do mesmo mercado para o nome de Florentino Duarte Alves.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 -ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA DISCOTECA IMPÉRIO ROMANO

653 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 5277/2014 de 27 de junho de 2014, a solicitar o alargamento do horário de funcionamento da Discoteca Império Romano, até às 12:00h do dia 10 de agosto de 2014, para realização do evento “Sound Waves 2014”.

O nº 1 do artigo 13º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande prevê a faculdade da Câmara Municipal alargar o horário de funcionamento condicionada à auscultação dos sindicatos, da Polícia

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, das associações patronais, associações de consumidores e das Juntas de Freguesia e, cumulativamente, à observância dos seguintes requisitos:

- Justificar-se por interesses ligados ao turismo ou outros devidamente fundamentados;
- Não constituir motivo perturbador da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes, devendo em todos os casos respeitar a legislação em vigor em matéria de ruído;
- Respeitar as características sócio culturais e ambientais da área em causa, bem como as condições de circulação e estacionamento.

De acordo com o nº1 do artigo 13.º do regulamento, foram solicitados os pareceres ao sindicato, à Guarda Nacional Republicana-Posto Territorial de São Pedro de Moel, às associações patronais, e de consumidores e à Junta de Freguesia da Marinha Grande;

A Câmara Municipal delibera autorizar, ao abrigo do nº1 do artigo 13º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande, o alargamento do horário de funcionamento da Discoteca Império Romano, até às 12:00 horas do dia 10 de agosto de 2014, para realização do evento “Sound Waves 2014”.

A presente autorização fica condicionada aos pareceres favoráveis do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, Guarda Nacional Republicana-Posto Territorial de São Pedro de Moel, da DECO-Associação da Defesa do Consumidor, da ACIMG-Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande e da Junta de Freguesia da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 -ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO FOZ BAR

654 - Presentes requerimentos, com registos de entrada nº 5681/2014 e 5455/2014, a solicitar o alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento Foz Bar sito na Praia da Vieira, até às 6:00h todos os dias, no período de 15 de junho a 15 de setembro de 2014.

Considerando que o horário de funcionamento comunicado à Câmara Municipal (E/6396/2013), no âmbito do Licenciamento Zero aprovado pelo Decreto-lei nº 48/2011, de 1 de abril, na sua redação atual, é das 6:00h às 02:00h todos os dias da semana;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande, nos meses de junho, julho, agosto e setembro, o estabelecimento goza de um alargamento de

uma hora no seu período de funcionamento, ou seja, poderá funcionar diariamente até às 03:00 horas;

Considerando que o nº 1 do artigo 13º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande prevê a faculdade da Câmara Municipal alargar o horário de funcionamento desde que, cumulativamente, observe os seguintes requisitos:

- Justificar-se por interesses ligados ao turismo ou outros devidamente fundamentados;
- Não constituir motivo perturbador da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes, devendo em todos os casos respeitar a legislação em vigor em matéria de ruído;
- Respeitar as características sócio culturais e ambientais da área em causa, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Considerando que não se vislumbram interesses ligados ao turismo ou outros interesses públicos que possam justificar o alargamento ora requerido.

Considerando que o horário pretendido constitui risco para a segurança de bens e pessoas, potencia a emissão de ruído suscetível de prejudicar, de modo constante e permanente, o direito ao descanso dos moradores, da ordem, segurança e tranquilidade pública.

A Câmara Municipal delibera notificar o requerente do projeto de decisão final de indeferimento do pedido de autorização de alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento Foz Bar, por não estarem reunidos os requisitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 13º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande, uma vez que o horário pretendido constitui motivo perturbador da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

47 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA BARROS E PRACETA DA LIBERDADE, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

655 - Presente informação nº1072 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 16/07/2014, referente à atualização anual das rendas de habitação social, sitas na Rua Júlio Braga Barros e Praceta da Liberdade.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com o nº 2 do art. 8º do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio e, ainda com o nº1 do art. 26º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
1	Vítor Manuel R. Sousa	R/C D	27/12/1993	42,28€	39,20€
1	Maria Brízida Jesus Azevedo	1ºD	01/01/2000	17,61€	8,05€
1	Maria de Fátima G. Almeida	3ºC	17/01/1996	4,85€	4,85€
3	Ricardo Miguel S. Casaca	1ºC	01/01/1999	38,80€	38,80€
5	Maria Fátima Silva Ferreira	R/C B	22/12/1997	58,25€	54,89€
5	José Pereira	R/C C	01/10/2000	49,44€	69,72€

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
1	Celeste Botas Pereira	R/C Esq.	01/01/2010	5,65€	5,65€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor a partir do dia 1 de setembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 -REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA MARIA HELENA DE ALMEIDA MONTEIRO CUNHA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 4, R/C ESQ., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL

656 - Presente informação n.º 1066 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 15 de julho de 2014, referente ao pedido de reapreciação do valor da renda, por parte da inquilina mencionada em epígrafe, por motivo de diminuição do rendimento do agregado familiar.

Considerando que houve alteração no rendimento auferido pela família, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 23,17€ (vinte e três euros e dezassete cêntimos) para 17,40€ (dezassete euros e quarenta cêntimos).

Mais delibera, que o valor da renda entre em vigor, a partir do mês de agosto de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 -APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE ÀS CRIANÇAS NASCIDAS ENTRE 01 DE JULHO DE 2013 A 30 DE JUNHO 2014

657 - Presente informação n.º 1084 datada de 18 de julho de 2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação das candidaturas às crianças nascidas entre 01 de julho de 2013 a 30 de junho 2014 do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de abril de 2014, e aprovado em reunião da Assembleia Municipal datada a 30 de abril de 2014.

Considerando que foram apresentadas 38 (trinta e oito) candidaturas a este incentivo;

Considerando que as condições de atribuição do incentivo estão consagradas no artigo 3.º do regulamento;

Considerando que o valor do incentivo é definido pela aplicação dos critérios constantes no artigo 4.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, contendo todos os documentos obrigatórios, deverá ser entregue até 6 (seis) meses após o nascimento da criança, conforme disposto no n.º 1 do artigo 6.º do regulamento.

Considerando que as crianças nascidas entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2013, a candidatura devem ocorrer, no máximo, até 30 de junho de 2014, conforme disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Considerando que a análise das candidaturas deve obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 9.º do referido regulamento: *“as candidaturas serão apreciadas no final de cada trimestre e deverão ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte (...)”*.

Considerando que os anexos constantes na informação condensam os processos originais que se encontram arquivados na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.

Considerando que existe dotação disponível na ação 2014/A/75 do Plano de Atividades Municipal.

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 36 (trinta e seis) candidaturas, constantes no anexo 1, e proceder ao pagamento do incentivo aos seguintes requerentes:

Nº	Nome do Requerente	NIF	Estimativa Pagamento 2014	Estimativa Pagamento 2015
1	Fernando Luiz de Sousa Susano	132746123	500,00 €	500,00 €
2	Viviana Alves Ribeiro	227980395	125,00 €	125,00 €
3	Dulce Lopes Neves	206126611	125,00 €	125,00 €
4	Oleksandr Derelo	235281778	125,00 €	125,00 €
5	Vítor José Cordeiro Valentão	211585408	125,00 €	125,00 €
6	Lesya Yosypivna Boyilo	237572265	125,00 €	125,00 €
7	Joana Catarina da Silva e Sousa	233626093	125,00 €	125,00 €
8	Inês Alexandra de Barros Ribeiro	222996196	500,00 €	500,00 €
9	Patrícia Farto Ramalho	207088110	500,00 €	500,00 €
10	Vânia Carina Triães Rodrigues	244090629	500,00 €	500,00 €
11	Cláudia Liliana de Almeida Gonçalves	224317008	125,00 €	125,00 €
12	Filipa Andreia Rodrigues Lopes	195020812	125,00 €	125,00 €

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

13	Célia Cristina Pinheiro de Jesus	195642716	125,00 €	125,00 €
14	Graciete Ribeiro Frade	222539348	125,00 €	125,00 €
15	Sónia Sofia da Costa Bonita	208908528	125,00 €	125,00 €
16	Ana Rita Rodrigues de Campos	222618400	125,00 €	125,00 €
17	Filomena Miranda da Rocha	226174930	500,00 €	500,00 €
18	Catarina Isabel Augusto Coelho	226711501	500,00 €	500,00 €
19	Sérgio António Duarte Silvestre Vieira	182598772	125,00 €	125,00 €
20	Vera Lúcia Brito Inácio	218574770	500,00 €	500,00 €
21	Elisabete Figueira Carreira	221094067	125,00 €	125,00 €
22	Sandra Cristina Lourenço Gerardo	205231543	500,00 €	500,00 €
23	Oleg Prytkov	238054071	125,00 €	125,00 €
24	Cristiane Batista da Silva	218617216	500,00 €	500,00 €
25	Marinela Duarte Fazendeiro	207763127	500,00 €	500,00 €
27	Carmina Pereira Carvalho	211438960	500,00 €	500,00 €
28	Marta Sofia Norte Duarte	223969109	125,00 €	125,00 €
29	Tiago Pedro Caldas Maia	204871409	125,00 €	125,00 €
30	Marilisa Ferreira Oliveira	229279287	500,00 €	500,00 €
31	Andreia Sofia Afonso dos Santos	226385884	500,00 €	500,00 €
32	Patrícia Andreia Ferreira de Lima	228034833	500,00 €	500,00 €
33	Guilherme Henrique Matias Monteiro	239540913	125,00 €	125,00 €
34	Tânia Sofia Batista Tiago	241813190	500,00 €	500,00 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

35	Napoliana Santos Freitas Marques	250540126	500,00 €	500,00 €
36	Magda Catarina Carreira Guerra	228615739	125,00 €	125,00 €
TOTAL GERAL			10.500,00 €	10.500,00 €

Mais delibera definir as seguintes datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 06/10/2014
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 15/01/2015

Delibera ainda que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2014 ou 2015.

Delibera, por fim, propor o indeferimento de 02 (duas) candidatura, constantes no anexo 2, pelos motivos aí referidos, concedendo aos requerentes, constantes no quadro infra, o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciarem sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

Nome do Requerente	NIF	Motivo de Indeferimento
Tânia Catarina Martins Bértolo	212914049	Rendimento global ultrapassa os 4 ordenados mínimos (SMN's)
Magda Alexandra Nobre Pinto	221553355	Rendimento global ultrapassa os 4 ordenados mínimos (SMN's)

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 -CANDIDATURA DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DO DESPORTO. ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 19 DE JUNHO DE 2014.

658 - Em reunião de câmara de 19 de junho de 2014, foi deliberado a atribuição de um apoio financeiro ao Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, para a realização da “Prova de BTT / Corta Mato / Concurso de Pesca Jovem / Concurso de Pesca de Mar / XXVIII Meia Maratona”, no valor de 500,00€ (quinhentos euros).

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Considerando que a entidade procedeu à entrega de candidaturas individuais para cada atividade;

Considerando que apesar da apreciação das candidaturas ter sido efetuada de forma conjunta, o valor do apoio atribuído é exclusivo para a *Prova de BTT; Corta Mato; Concurso de Pesca Jovem; Concurso de Pesca de Mar*;

Considerando que o objeto do apoio financeiro atribuído em reunião de câmara de 19 de junho, não deve incluir a realização do XXVIII Meia Maratona;

Considerando que por esse motivo importa alterar o objeto do apoio financeiro.

A Câmara Municipal ao detetar esses erros materiais e porque os mesmos são manifestos, delibera ao abrigo do artigo 148.º do CPA retificar os elementos incorretos da deliberação, tomada em reunião de 19 de junho de 2014, com efeitos retroativos àquela data.

Assim,

*onde se lê
(...)*

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DAS FIGUEIRAS	Prova de BTT II Corta Mato Concurso de Pesca Jovem Concurso de Pesca de Mar XXVIII Meia Maratona	501075330	500,00€	A/152/2014

deve ler-se

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DAS FIGUEIRAS	Prova de BTT II Corta Mato Concurso de Pesca Jovem Concurso de Pesca de Mar	501075330	500,00€	A/152/2014

(...)

Esta deliberação foi tomada por maioria com seis votos a favor e uma abstenção da Sra. Vereadora Ana Alves Monteiro.

Declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira:

“Votei favoravelmente por entender que o processo de atribuição de subsídios, embora com lacunas que estamos a tentar resolver da forma mais célere (embora essa celeridade esteja a ser afetada), por uma auscultação que estamos a fazer às diversas instituições. Essa auscultação visa ouvir os interessados e visa igualmente a elaboração de um projeto de regulamento com maior rigor e objetividade.

Relativamente aos subsídios, hoje atribuídos importa sublinhar que não estão presentes todos aqueles que iremos atribuir porque algumas associações se encontram ainda em falta na entrega dos documentos legalmente exigíveis.

No que concerne aos valores atribuídos a cada associação, os valores em causa partem de ponderações objetivas consignadas na apreciação das candidaturas oportunamente trazidas a este executivo mas também em decisões que nos cabem enquanto gestores dos montantes que deverão ser atribuídos. Atribuir montantes por uma qualquer regra aritmética não é viável, nem em qualquer organismo público nem em qualquer outra atividade privada. Gerir é o contrário da aplicação cega de regulamentos. Poderíamos ser levados ao absurdo de gerir uma qualquer entidade única e exclusivamente através de regulamentos e ponderações aritméticas. Não é esse o nosso entendimento e não nos afastamos nunca da nossa responsabilidade de decisão.”

Declaração de voto da Sra. Vereadora Ana Alves Monteiro:

“Como já tive oportunidade de me expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a associações ou instituições particulares de solidariedade social não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às 9 associações/instituições: ADESER II Associação para o Desenvolvimento económico e social da região de Marinha Grande; Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego; Associação portuguesa de deficientes; Associação social, cultural, desportiva de Casal Galego; Clube Recreativo Amieirinhense; Clube de Atletismo da Marinha Grande; Sport Operário Marinhense; Clube Desportivo Moitense e Grupo Desportivo e Recreativos das Figueiras. Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...”

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Passaram mais uns meses sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

51 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

659 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que, nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, as candidaturas admitidas ficam seleccionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista nas alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE	Rallye Vidreiro	501104305	14.000€	A/152/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria com seis votos a favor e uma abstenção da Sra. Vereadora Ana Alves Monteiro.

Declaração de voto da Sra. Vereadora Ana Alves Monteiro:

“Os diversos processos de avaliação (selecção) das candidaturas à atribuição de apoios não permitem com clareza perceber os critérios que fundamentam a distinção dos apoios. Ou seja, há um documento normativo em vigor, com os desajustamentos que se conhecem

e que já foram referenciados por diversas vezes pelo vereador Aurélio Ferreira, da força política que represento, mas a sua estruturação dá azo a que o montante do subsídio atribuído é uma base discricionária. Ora, enquanto não se verificar a revisão do documento no sentido dos critérios de atribuição serem transparentes e garantirem a igualdade do tratamento na administração votação favoravelmente este tipo de propostas.

Naturalmente que somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio que estas decisões podem representar.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

Declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira:

"Este tipo de declarações é próprio do MPM denota que o contacto com o movimento associativo é absolutamente nulo. Nós temos a firme convicção que servimos bem as coletividades do nosso concelho."

52 -CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. GRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS".

Este ponto foi retirado da ordem do dia.

53 - PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DA MARINHA GRANDE

660 - As autarquias locais, atento o princípio da subsidiariedade consubstanciado numa relação de proximidade com as populações, são as pessoas coletivas da administração pública que se encontram melhor posicionadas para criar e desenvolver as condições necessárias para uma efetiva participação dos cidadãos na gestão das políticas do Município, abrangendo, entre outras camadas geracionais, os jovens, nos quais reside o futuro do País.

Para que as políticas municipais de juventude se revelem ainda mais eficazes, correspondendo aos anseios dos seus destinatários últimos, é essencial que se apurem, de forma participada, quais os problemas e aspirações dos próprios jovens, envolvendo-os

ativamente na busca das soluções mais adequadas à sua resolução e à satisfação das suas legítimas expectativas.

Nesse sentido e para reforçar esta política municipal da juventude será desejável constituir o Conselho Municipal da Juventude na Marinha Grande.

Considerando que nos termos da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, aprovou o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude.

Assim, de acordo com as competências previstas na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ainda nos termos do artigo 25.º, da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, que aprovou o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, a Câmara Municipal, pretendendo instituir o Conselho Municipal da Juventude da Marinha Grande, elaborou o presente e respetivo “Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude da Marinha Grande”, constante de anexo (anexo 5), que delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Declaração de voto da Sra. Vereadora Ana Alves Monteiro:

“Considerando-me uma jovem, e, neste contexto, por mera observação atrevida, eventualmente a vereadora deste executivo mais jovem e, sendo o conselho municipal uma das grande acções previstas na política que o MPM submeteu a sufrágio, só podia ver com muito entusiasmo que, na primeira reunião em que participo, exercendo pela primeira vez funções políticas, seja apreciada a proposta de regulamento para efeitos de criação do Conselho Municipal da Juventude.

Dado que o regulamento é um instrumento regulador da instituição do órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política para os jovens, de carácter eminentemente técnico, ao ter sido proposto pelo vereador do pelouro, parecia-me adequado que viesse acompanhado de uma nota justificativa e enquadradora desta medida na política para a juventude que se pretende para o mandato deste executivo. Algo do género que passo a citar:

A Política Municipal de Juventude assenta nas seguintes linhas orientadoras:

- a) Contribuir para as melhorias ao nível educacional e promover o sucesso escolar, concretizando interfaces entre mundo empresarial e académico, interligando boas práticas, conteúdos científicos e tecnológicos;*
- b) Dotar os jovens de competências para enfrentar as transformações do mercado de trabalho, a capacidade de adaptação às novas formas de emprego, às exigências formativas, desenvolvendo nestes o espírito de iniciativa e a perspectiva global do mercado;*

- c) Criar respostas e estratégias para rejuvenescer o tecido social através do acesso à habitação e o apoio a medidas de autonomização dos jovens;*
- d) Desenvolver programas de integração social que permitam combater os riscos nos jovens;*
- e) Desenvolver medidas e acções de discriminação positiva que facilitem o acesso dos jovens a produtos e serviços, nomeadamente culturais, de turismo, de lazer e de desporto, desenvolvendo novos conteúdos culturais e de animação, diversificando a oferta desportiva e disponibilizando um conjunto de infraestruturas e espaços desportivos.*
- f) Promover e dinamizar o investimento na requalificação urbana e melhoramento da mobilidade e das acessibilidades, criando espaços públicos pensados para as necessidades dos jovens;*
- g) Potenciar processos criativos e inovadores nos jovens através de programas e incentivos no âmbito da educação e cultura, apoiando projecto financiados que permitam o acesso a experiências europeias; e*
- h) Apoiar o movimento associativo juvenil, contribuindo para a construção da cidadania, estimulando a participação dos jovens em diferentes organismos de auscultação e decisão política.*

Tendo por base estas orientações, resultando de um debate com parceiros, designadamente da área da educação e do associativismo, e após processo de auscultação de jovens, cientes que há um amplo trabalho a desempenhar no domínio da juventude no nosso concelho, apresentamos a primeira ação direcionada para um trabalho com os jovens marinhenses: trata-se da proposta de criação do Conselho Municipal da Juventude da Marinha Grande.

Isto seria, na minha perspectiva, um enquadramento simples da medida, que efectivamente demonstrava uma preocupação com as matérias da juventude. Incorporava um compromisso e a apresentação desta iniciativa num determinado contexto. Assim, confesso que me soube a pouco, e como sou uma pessoa de afectos, acho que lhe faltou um pouco de alma”.

Declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira:

“Felizmente não tivemos hoje as propostas “significativas” tipo “ não concordo com a palavra vermelho que deve ser encarnado”, no entanto, tivemos mais um exemplo de muito falar e pouco consubstanciar, além de faltar à verdade no que concerne à ausência de motivos justificativos, embora de uma forma simples, mas objetiva, quero transcrever a nota justificativa que consta na proposta de regulamento:

“As autarquias locais, atento o princípio da subsidiariedade consubstanciado numa relação de proximidade com as populações, são as pessoas coletivas da administração pública que se encontram melhor posicionadas para criar e desenvolver as condições necessárias para uma efetiva participação dos cidadãos na gestão das políticas do Município, abrangendo, entre outras camadas geracionais, os jovens, nos quais reside o futuro do País.

*Para que as políticas municipais de juventude se revelem ainda mais eficazes, correspondendo aos anseios dos seus destinatários últimos, é essencial que se apurem, **de forma participada**, quais os*

problemas e aspirações dos próprios jovens, envolvendo-os ativamente na busca das soluções mais adequadas à sua resolução e à satisfação das suas legítimas expectativas.”

54 - DOAÇÃO DA ARTISTA ESIN KÜCÜKBICMEN

661 - Presente carta de doação da artista Esin Kücükbicmen, com o registo E/4840/2014, relativa às peças “Looking Throught Myself I”, Throught Myself II” e Throught Myself III” da sua autoria, que estiveram patentes no Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro, na exposição internacional “O Lado Feminino do Vidro”, de 19 de outubro de 2013 a 27 de abril de 2014.

Atendendo à importância da artista e da sua obra, e em especial, à importância das obras supra referidas para a valorização da coleção de arte contemporânea em vidro do Museu do Vidro, propõe-se a aceitação da doação e a integração da peça no acervo do Museu do Vidro para fins exclusivamente museológicos.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação supra referida nos termos descritos, uma vez que se tratam de bens com interesse artístico e museológico para a vocação e objetivos do Museu do Vidro, que serão utilizados para fins museológicos, nomeadamente para o estudo, representatividade, valorização e divulgação da arte e do património, bem como conservados para a posteridade.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

55 -DOAÇÃO DA ARTISTA TRACY NICHOLLS

662 - Presente carta de doação da artista Tracy Nicholls, com o registo E/4837/2014, relativa às peças “Fragile Lace Series 2 (grey)” e “Fragile Lace Series 2 (blue)” da sua autoria, que estiveram patentes no Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro, na exposição internacional “O Lado Feminino do Vidro”, de 19 de outubro de 2013 a 27 de abril de 2014.

Atendendo à importância da artista e da sua obra, e em especial, à importância das obras supra referidas para a valorização da coleção de arte contemporânea em vidro do Museu do Vidro, propõe-se a aceitação da doação e a integração da peça no acervo do Museu do Vidro para fins exclusivamente museológicos.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação supra referida nos termos descritos, uma vez que se tratam de bens com interesse artístico e museológico para a vocação e objetivos do Museu do Vidro, que serão utilizados para fins

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/07/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

museológicos, nomeadamente para o estudo, representatividade, valorização e divulgação da arte e do património, bem como conservados para a posteridade.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

56 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia trinta de julho de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: 6.301.213,36€ (seis milhões, trezentos e um mil, duzentos e treze euros e trinta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

663 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:25 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Paula Cristina Ascenso Moreira, técnica superior, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião